



**Lívia de Souza Lima**

**Temporalidades Blochianas:**

**Perspectivas acerca do tempo histórico em obras de Marc Bloch**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Marcelo Gantus Jasmin

Rio de Janeiro  
Fevereiro 2019



**Lívia de Souza Lima**

## **Temporalidades Blochianas:**

Perspectivas acerca do tempo histórico em obras de Marc Bloch

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Prof. Leonardo Affonso de Miranda Pereira**

Presidente

Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Marcelo Gantus Jasmin**

Orientador

Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. João de Azevedo e Dias Duarte**

Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Maurício Barreto Alvarez Parada**

Departamento de História – PUC-Rio

**Prof. Augusto César Pinheiro da Silva**

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 31 de Janeiro 2019

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

## **Lívia de Souza Lima**

Graduou-se em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2014) e mestre em História Social da Cultura (2019) pela mesma instituição. Tem experiência na área de história, com ênfase em História da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Ciência e história da historiografia

Lima, Lívia de Souza

Temporalidades blochianas : perspectivas acerca do tempo histórico em obras de Marc Bloch / Lívia de Souza Lima ; orientador: Marcelo Gantus Jasmin. – 2019.

81 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, 2019.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História Social da Cultura – Teses. 3. Tempo histórico. 4. Marc Bloch. 5. Escola dos Annales. I. Jasmin, Marcelo Gantus. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Dedico esta dissertação ao meu amado pai. O homem da minha vida, que me dá apoio e força.

## Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

A meu orientador, Marcelo Jasmin, agradeço a paciência nos momentos em que ansiedade era muito grande.

Ao professor Marcos Veneu, pela imensa gentileza, pelas importantes sugestões de leitura e pelas críticas feitas ao longo da escrita. Agradeço também por compartilhar seu conhecimento comigo desde o primeiro período de graduação.

Ao professor Maurício Parada, agradeço a gentileza por ter aceitado participar da banca de defesa. Agradeço também por suas disciplinas ministradas durante toda minha graduação, que me proporcionaram muitas questões e ajudaram a me formar enquanto profissional.

Agradeço ao professor João Duarte por sua gentil disposição de fazer parte da banca de defesa.

Agradeço aos queridos funcionários do Departamento de História por sempre terem me acolhido tão bem: Claudio Santiago e Anair de Oliveira. Agradeço também aqueles que não estão mais no departamento mas não sairão de nossas memórias: Cleusa e Moisés.

Um agradecimento especial a Edna Timbó, que sempre muito solícita e com muita paciência e carinho me ajudou nos momentos de dúvidas.

A Rafaela Rupp agradeço os momentos de conversa, risos e calma durante as madrugadas desesperadas.

Sou grata às diversas mensagens de incentivo e carinho: Daniela Souza, Pedro Succo, Filipe Faria, Pamela Cheres, Thaiza Senna. Um carinho especial a Ibsen Caio por seu companheirismo, ainda que fisicamente distante. Perdoem-me pelos sumiços, e obrigada por estarem presente nos momentos em que voltava.

Às mulheres que me inspiram diariamente, Jessicka Silva e Carolina Cabral, agradeço pela amizade incrível construída e mantida apesar das adversidades e das di-

ficuldades que a vida nos traz. Sou eternamente grata ao carinho e afeto compartilhado nesses quase 10 anos de nossa amizade nos quais aprendi muito com nossas diferenças.

A Matheus agradeço pela paciência, amor e carinho. Pela compreensão nos momentos de dificuldade e pela tranquilidade que me passou quando todas as coisas não pareciam se acertar.

Ao meu pai agradeço pelo estímulo para estudar e, principalmente por nos últimos 10 anos ter sido meu grande amigo e minha fortaleza.

## Resumo

Lima, Livia de Souza; Jasmin, Marcelo Gantus. **Temporalidades Blochianas: Perspectivas acerca do tempo histórico em obras de Marc Bloch**. Rio de Janeiro, 2019. 90p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação tem como objetivo produzir uma análise de três principais obras de Marc Bloch – “Os Reis Taumaturgos”, “A Sociedade Feudal” e “Apologia da História” – afim de compreender as contribuições desse autor e de suas obras para o tempo da história. Com apresentação dos pontos centrais de cada livro, a discussão produzida trata do desenvolvimento da Escola dos Annales, da produção historiográfica de Bloch, a criação de sua metodologia de pesquisa e busca demonstrar como essa produção esteve permeada por uma concepção de tempo a partir de uma nova relação passado-presente.

## Palavras-chave

Tempo histórico; Marc Bloch; Escola dos Annales.

## Resume

Lima, Livia de Souza; Jasmin, Marcelo Gantus. **Les temporalités de Bloch: perspectives sur le temp historique dans les oeuvre de Marc Bloch.** Rio de Janeiro, 2019. 83p. Thèse de maîtrise – Departement d’Histoire, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cette thèse a pour objectif produire une analyse de trois oeuvres de Marc Bloch – “Les Rois Taumaturges”, “La Société Féodale” et “Apologie d’Histoire” – afin de comprendre les contributions de cet auteur et ses oeuvres pour le temps de histoire. Avec la présentation des points centraux de chaque livre, la discussion produite traite du développement de l’École des Annales, de la production historiographique de Bloch, de la création de sa méthodologie de recherche et cherche à démontrer comment cette production a été imprégnée par une conception qui relie le temps passé-present.

## Mots-clés

Temps d’histoire; Marc Bloch; École des Annales



## Sumário

1. Introdução	10
2. “Revoluções” Epistemológicas do Tempo da História.	12
2.1. A escola dos Annales.	14
2.2. Tempo como dimensão da existência.	25
2.2.1 O Tempo histórico	28
2.3. O tempo histórico dos Analistas	29
2.3.1 Novas fontes e novas técnicas	30
2.3.2. A ideia de tempo Blochiana.	31
2.3.3. A dialética de longa duração – simultaneidade.	32
2.3.4. Periodização	33
2.3.5. Outra Relação passado-presente	35
2.4 As diferentes Perspectivas de Febvre e Bloch	36
3. Temporalidades Blochianas	40
3.1. A discussão política em Os Reis Taumaturgos	40
3.2. A construção da temporalidade medieval e as etapas de ressignificação	43
3.2.1. A primeira parte e a ressignificação do passado pagão	47
3.3. Por que acreditaram?	57
3.4. A narrativa cronológica e a temporalidade Blochiana.	61
3.5. Feudalidade como tipo social e como conceito histórico	65
4. História: ciência dos homens no tempo.	67
4.1. O Método Regressivo	71
5. Considerações finais	81
6. Referências bibliográficas	82

## 1. Introdução

Lilia Moritz Schwartz, no prefácio brasileiro de “Apologia da história” diz: “Dizem que os bons pensadores sobrevivem às suas obras; nesse caso o provérbio é literalmente verdadeiro<sup>1</sup>”. A obra e a vida de Marc Bloch se encaixam perfeitamente nessa descrição. Marc Bloch foi um ator da história, travou combates pela história e deixou um legado de imenso conhecimento para todas as gerações que se seguem. Tanto para aqueles que militam e possuem força para dedicar suas vidas a uma causa, quanto para aqueles que dedicam sua vida no campo da pesquisa acadêmica. Raros são os que fazem ambos de maneira a transportar para suas obras acadêmicas a sua trajetória de luta.

Bloch era um homem que problematizava e atuava em seu tempo. Seu livro – compreendido por sábios e por leigos – “Apologia da História”, foi escrito em um momento de adversidade, por conseguinte, é impossível ler e ficar impassível. “Apologia da História” é uma leitura obrigatória para o historiador combatente, principalmente por conta de seu caráter crítico e despertador. É muito difícil pensar a obra de Marc Bloch, sem considerar sua vida e sua morte, sem considerar como sua existência está atrelada a um período sombrio da história da humanidade. Assim também, seu pensamento combativo está transportado para o campo da pesquisa e de seus escritos, alguns elaborados de forma adversa e, concomitantemente, necessária, sobretudo para as gerações posteriores.

No entanto, é preciso também recordar que Bloch não foi o historiador na torre de marfim, não se eximiu de ser ator da história. Sua posição foi de combate. Foi perseguido, preso e torturado pela gestapo e, por fim, assassinado em 1944. Antes, porém, participou dos confrontos na primeira e na segunda guerra. Se afastou do campo de batalha e dedicou-se as aulas e pesquisas na Universidade de Estrasburgo.

Preso enquanto lutava na resistência francesa, escreveu “A Apologia da História”, apenas com a ajuda de sua memória, o que prova sua enorme experiência no campo de pesquisa e em metodologia histórica. Foi também pioneiro na criação da Escola dos Annales, sendo co-autor da Revista dos Annales de 1929. Na introdução

---

<sup>1</sup> BLOCH, MARC. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p. 12.

de “Apologia da História” apresenta o questionamento que seu filho lhe fez, questionamento que 75 anos depois da escrita deste livro ainda os historiadores tem dificuldades para responder: ‘para que serve a história?’.

Para Bloch, a civilização inteira está interessada nesta pergunta e hoje ela é ainda mais interessante. Porém, apesar de ser o fio condutor da principal obra de metodologia histórica de Bloch, não temos aqui nenhuma pretensão de respondê-la. Embora possamos sempre manter ela em mente.

O objetivo desta dissertação é produzir uma análise acerca da maneira pela qual Marc Bloch produz conhecimento histórico, a partir, especialmente de três obras: “Os Reis Taumaturgos”, “A Sociedade Feudal” e “Apologia da História”. Principalmente baseado no fato de que Bloch reconhece como objeto da história a ação dos homens no tempo<sup>2</sup>. O texto, portanto, tentará abarcar a forma como Bloch compreende o passado e qual a metodologia utilizada por ele para produzir sua narrativa.

O primeiro capítulo intitulado “Revoluções Epistemológicas do Tempo da História” trata da criação da Escola dos Annales, das maneiras pela qual os autores dos Annales viam a historiografia anterior tratar a história e aborda as novas técnicas e um apanhado geral do que pode ser considerado a temporalidade blochiana. Abarca ainda a ideia do conceito de longa duração e as principais diferenças entre Febvre e Bloch.

O segundo capítulo intitulado “Temporalidades blochianas”. Aborda os dois livros principais e a maneira pela qual Bloch constrói a temporalidade medieval a partir do método regressivo e da relação passado-presente.

O terceiro capítulo “História: Ciência dos homens no tempo, trata da principal obra de metodologia de Bloch, da construção e descrição do método regressivo partindo da ideia de mentalidade, onde os que nascem em períodos próximos estão marcados por um mesmo modelo de pensamento<sup>3</sup>”.

---

<sup>2</sup> Ibid., p. 54.

<sup>3</sup> Ibid., p. 151.

## 2. “Revoluções” Epistemológicas do Tempo da História

"Ler Marc Bloch está entre os exercícios intelectuais que mais renovam o desejo de ser historiador.

Por outro lado, é atividade que propõe constantemente um problema inerente ao ofício: o da responsabilidade que temos com os homens e mulheres do nosso tempo, junto dos quais, somos também atores do que um dia será, para outros historiadores, a história que buscarão compreender"<sup>4</sup>.

Ao tratarmos a questão do tempo na história, diversas propostas de análise são possíveis e diversos historiadores podem ser trazidos para o centro do debate. De tal forma que as questões sobre o tema e os autores indagados são uma pequena parcela daquilo que é a formação do próprio historiador que questiona. Partimos do pressuposto que, ao levar determinadas questões e autores, o próprio autor que dirige o debate, está tratando de si, de suas questões, de sua formação e de sua compreensão do tempo histórico e do tempo social em que vive. Assim, as escolhas pelos caminhos a seguir podem ser compreendidas como escolhas individuais a partir de uma escolha “inconsciente coletiva”. Escolha coletiva porque este historiador debate a partir de um lugar comum dentro da própria historiografia, e inconsciente entre aspas porque compreendemos que é papel do historiador estar ciente das benesses e fardos que suas decisões de escrita trazem para si e para o leitor. As decisões do historiador nunca poderiam, a partir dessa compreensão, serem de fato inconscientes. Ele escolhe, seleciona e deve compreender porque o fez de tal e tal maneira e não de outra. Porque tratar tais e tais autores e tais e tais questões nem sempre estão evidentes no texto, mas é preciso que o historiador esteja consciente de que suas decisões não são imparciais e não o são sem consequências. Uma escolha necessariamente traz suas consequências.

Isto posto, é necessário que antes de adentrar o debate propriamente dito, apresentemos nossas escolhas, seus porquês, seus possíveis desdobramentos e talvez, tentar prever suas consequências.

---

<sup>4</sup> ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. (2012). **A Estranha Derrota**. Caderno CRH, 25(64), 167-168. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792012000100014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000100014). Acesso em: 13/04/2018

## 2.1 A Escola dos Annales

A escolha por um autor da Escola dos Annales é quase um clássico comum. Então por que seguir na análise de algo que parece já estar bem debatido? Por acreditar que ainda é possível ampliar a discussão com alguns apontamentos específicos. Por observar nas obras da Escola dos Annales questões relevantes para o debate da história e, principalmente, para evitar que caiam no esquecimento as contribuições desses autores. Do autor em questão, especificamente. Também, para que nos dias de hoje o historiador ainda se lembre que é importante sair da torre de marfim, que a escrita da história se dá em conjunto com a ação política da história. Que a construção do tempo de historiador se dá de maneira simultânea a construção do tempo das sociedades. É importante que nos lembremos do nosso papel, não apenas como autores da história, mas também como atores dela e nela. Poucos foram os historiadores que cumpriram plenamente os dois papéis. Não há como negar que a escolha por Marc Bloch se dá envolta de uma paixão pessoal e pelo reconhecimento da importância de sua produção intelectual. Compreender o papel fundamental dele como historiador que contribuiu para a formação de um pensamento teórico da história e como ator militante inserido na história é suficiente para que ele seja de novo e novamente trazido para o debate e para análise em mais uma de muitas obras que tratam de seu nome, seu legado e suas contribuições.

A Escola dos Annales é vista por historiadores em geral como um importante passo para a análise da formação de novos modelos e consolidação de estruturas historiográficas. Seja por suas metodologias, por suas novas temáticas ou pela proposta de interdisciplinaridade com as novas ciências incipientes, a Escola dos Annales é vista, principalmente pelos que dela participaram, como nova abordagem da história. Inegavelmente conhecida por todos os estudantes graduandos de história, a criação da revista dos Annales é identificada como um acontecimento determinante no rumo da própria história<sup>5</sup>. Peter Burke propõe inclusive que a produção historiográfica dos Annales seja considerada uma “Revolução Francesa da Historiografia”. Em sua análise, Burke pensa desde os primeiros autores da Escola dos Annales até as últimas revoluções propostas e produzidas pela historiografia francesa até o que ele considera última geração dos Annales em 1989.

---

<sup>5</sup> BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, p. 4.

Para o autor, que é considerado um dos mais interessantes da Nova História, formada no início do século XX, é a compreensão que ela tinha de si mesma como “filha de seu tempo”. Posteriormente nesta dissertação será abordada a influência que esse autoconhecimento sobre a produção historiográfica teve neste momento e tem até o momento atual. Juntamente com as outras ciências, ela deveria buscar a possibilidade de ampliação da visão do homem. E era nesse sentido que se inseria a Revista dos Annales, ela propunha não apenas a inserção de uma nova história nesse contexto das ciências humanas – ciências e cientistas que em parte considerável pensavam que a história não servia mais a esse novo mundo e esse novo homem. A Revista serviria então como instrumento de enriquecimento da história a partir da interdisciplinaridade e incentivo a inovação temática. Objetivamente, isso se realizou de três formas: primeiro pela substituição da narrativa acontecimental por uma história-problema; segundo pela valorização de narrativas de atividades e pessoas relegadas a marginalidade, não dando atenção apenas a história política e os grandes personagens, mas também a outras estruturas de sociabilidade; terceiro, de modo a contemplar esses dois objetivos, a interdisciplinaridade<sup>6</sup>.

Em contraponto com a história da historiografia que as gerações dos Annales produziram para si, alguns historiadores levantam o debate acerca da inovação produzida pelos primeiros analistas. Thiago Gomes, em seu artigo “A força da tradição: a persistência do antigo regime historiográfico na obra de Marc Bloch”, compreende a importância da produção de Bloch para a historiografia. Mas acende um debate sobre como a força da tradição historiográfica na produção da Escola dos Annales, ao menos no primeiro momento. Isto também levanta a questão de como os historiadores dos Annales criaram para si, e adotaram como pioneiros de uma nova história, os historiadores de seu tempo. Desta forma, construíram uma narrativa para si e criaram a história de seus heróis nacionais. Para Gomes, a memória construída para os Annales era de uma historiografia “maior do que de fato foi”<sup>7</sup> e da construção de uma ideia de ruptura, com a historiografia do século XIX, que autores como Koselleck, Hannah Arendt e Jacques Revel apontam indícios de que

---

<sup>6</sup> Ibid., p. 7.

<sup>7</sup> GOMES, Thiago de Melo. A força da tradição. A persistência do antigo regime historiográfico na obra de Marc Bloch *Varia Historia*, vol. 22, núm. 36, jul-dez, 2006, pp. 443-459. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil. p. 445.

não havia acontecido. Mantenhamos esse contraponto em mente para as discussões que se desenvolverão ao longo do debate. Por hora, voltemos a análise de Burke.

Para ele, tanto Marc Bloch quanto Lucien Febvre geraram o Movimento dos Annales, por se estender para além deles e tomar proporções maiores de acordo com os autores que se inseriam nela. Para Burke, a criação dos Annales e seus autores pioneiros caracterizaram a primeira fase dos Annales. Sendo este ainda um movimento pequeno, radical e subversivo, quase que “conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos”<sup>8</sup>.

A criação dessa forma de historiografia foi caracterizada por um modelo de análise temporal que Braudel, uma geração depois, chamou de “história de longa duração”. A produção de uma história-problema precisaria ser produzida a partir do pensamento em um tempo amplo de mudanças históricas. Nesse sentido “Os Reis Taumaturgos”, uma produção do jovem Bloch, é uma das primeiras produções historiográficas a tratar uma questão social, o toque curador dos reis da idade média, a partir de sua longa duração. Pois a análise desses autores é que as questões sociais não poderiam, e nem deveriam, ser tratadas da mesma forma que a história política ou a história acontecimental fazia, pensando em curtos períodos de tempo, pensando no tempo de uma vida humana. Para a analisar a história como um problema da mudança, era preciso que o historiador se afastasse do seu objeto a partir da perspectiva temporal e que o encarasse a partir de questões sociais. Questões estas que não poderiam ser problematizadas caso não houvesse uma análise de longa duração, nem seria possível observá-las, pois elas apenas se dariam em longos períodos de tempo.

A produção de uma história de longa duração partiria de um método que Bloch chama de método regressivo, este partindo do conhecido para o desconhecido. Ou seja, a produção historiográfica se daria partindo do presente, das questões do presente, da análise do presente e, de certa forma, da concepção temporal do presente para o passado, para as questões do passado, análise do passado e das possíveis concepções temporais desse passado. Em “A Sociedade Feudal” é possível notar os estranhamentos que são causados no autor pela “indiferença pelo tempo” que os medievos possuíam, sua falta de interesse em mensurar acuradamente o tempo<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> BURKE, Peter. Op. Cit. p. 8.

<sup>9</sup> Ibid., p. 25.

A história de longa duração também deixaria de considerar a necessidade de produção do “ídolo das origens”. Bloch defendia que a produção historiográfica deveria considerar o momento histórico como produção do próprio momento histórico, isto é, o fenômeno histórico deve ser entendido e explicado em termos de seu tempo e não em função de tempos anteriores<sup>10</sup>. Podemos observar um exemplo desse ídolo das origens na crítica que Koyré faz a as diversas historiografias que, em cada momento olhando a si mesma, considerava o início da Idade Moderna em um determinado momento do passado. Neste caso, o “ídolo das origens” partia do que aqueles historiadores compreendiam como si mesmos e, dependendo, consideravam que o início da era moderna dava-se em Bacon, as vezes em Galileu e Newton e assim vai, de acordo com a visão da historiografia em questão<sup>11</sup>. O que se quer dizer é, ao analisar a “origem” de algo o historiador daquele período histórico vai olhar o passado com os olhos do presente e vai analisar esse passado de acordo com sua visão e encontrar nesse semelhanças e diferenças.

O que Burke, Braudel e simpatizantes dos Annalistas nos informam é que o modelo historiográfico proposto pelos fundadores da Escola dos Annales pode ser visto como uma forma de buscar uma abordagem renovada para a história, este novo modelo de história e historiografia se daria tanto por suas metodologias, por suas novas temáticas quanto pela proposta de interdisciplinaridade com outras ciências ainda consideradas novas, como as ciências sociais, que surgiram pouco antes dessa renovação em história se tornar necessária e se firmar. Conhecida por todos os graduandos de história, a criação da Revista dos Annales (1929) é identificada como um acontecimento determinante ao rumo da própria história<sup>12</sup>. Peter Burke chama a história produzida por esses autores de “Revolução Francesa da Historiografia<sup>13</sup>”, tamanha sua importância e alcance dentro do campo de pesquisa e ensino de história. A proposta de análise do livro de Burke vai desde os primeiros autores da Escola dos Annales – Lucien Febvre e Marc Bloch – até as últimas mudanças propostas e produzidas pela historiografia francesa na última geração dos Annales em 1989, da qual ele faz parte.

---

<sup>10</sup> Ibid., p. 27.

<sup>11</sup> KOYRÉ, A. **Do Mundo Fechado ao Universo Infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, 4ª ed.

<sup>12</sup> BURKE, Peter. **A escola dos Annales. 1929-1989. A revolução francesa na historiografia**. São Paulo: UNESP. 1992, 2ªEd. p. 4.

<sup>13</sup> Idem.



Além das já citadas características dessa nova história, o que pode ser considerado de suma importância é a compreensão que ela tinha de si mesma. Isto é, essa história possuía um autoconhecimento e se auto definia como “filha de seu tempo”. E juntamente com as outras ciências que estudam o homem ela deveria ser capaz de ampliar a visão que homem tinha de si, da sociedade e da própria história. O surgimento da Revista teve importância não apenas na inserção de uma nova história dentro de um contexto da historiografia – contexto esse em que, em alguns casos, a história era descrita como um conhecimento ultrapassado, que não servia mais ao novo mundo e ao novo homem -, ela deveria servir também como instrumento de enriquecimento a partir da interdisciplinaridade com as ciências do homem. É importante ressaltar novamente que isso se realizou de três formas: primeiro pela substituição da história enquanto narrativa acontecimental por uma história-problema, segundo pela história de atividades humanas que antes eram relegadas a marginalidade – a história deixa de focar seus esforços na história política e foca também nas outras estruturas de sociabilidade –, e terceiro, que contemplava esses dois objetivos, a interdisciplinaridade<sup>14</sup>.

Tanto Febvre quanto Bloch, travaram seus combates pela história a partir da perspectiva da interdisciplinaridade. Ambos geraram, na concepção de Peter Burke, o movimento dos Annales, uma onda surgida no início do século XX que se estendeu para além deles e tomou proporções cada vez maiores na medida em que outros autores se inseriam nessa discussão. Burke descreve a primeira geração de analistas como inseridos num movimento “ainda pequeno, radical e subversivo, quase que conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos<sup>15</sup>”. Há a partir da segunda geração da Escola dos Annales um interesse em demonstrar que a historiografia havia sido revolucionada pela primeira geração, muito embora alguns historiadores, como Thiago Gomes, afirmem que a maior das diferenças em relação a “historiografia tradicional” que existia no século XIX se deem por conta dos artigos e resenhas de caráter muito combativo e não necessariamente por uma Revolução de escrita ou na temporalidade dos historiadores<sup>16</sup>. Em contra partida, José Reis afirma em suas análises que não houve apenas uma mudança nos objetos de pesquisa e uma busca por ampla formação

---

<sup>14</sup> Ibid., p. 7.

<sup>15</sup> Ibid., p.8.

<sup>16</sup> GOMES, Op. Cit. p. 446.

interdisciplinar, mas também a criação de uma nova metodologia e de uma nova formulação temporal<sup>17</sup>. Isto é, a renovação teórico metodológica da Escola dos Annales é também uma reconstrução do tempo histórico. Nesse sentido, seria justamente essa representação do tempo histórico que seria a distinção máxima das escolas e programas históricos. Pois “Uma escola histórica se apresenta como nova a partir do momento que representa o tempo histórico como uma formulação original”<sup>18</sup>. De maneira que, ao reformular o projeto histórico e seus objetivos, a escolha, segundo Reis, é mais profunda. Cada nova escola histórica requer para si um novo registro de temporalidade.

Assim como o fez Heródoto na história, como “descobridor do tempo dos homens”<sup>19</sup>. A história representaria o interesse do homem nas ações humanas, no tempo histórico. Este novo conhecimento, de acordo com Reis, seria um conhecimento baseado na análise e na investigação das mudanças que o homem produziu no tempo<sup>20</sup>. Hannah Arendt também afirma que o tema da história é o “extraordinário”, as interrupções da ordenação esperada das coisas<sup>21</sup>. O tema da narrativa histórica grega era essencialmente os grandes eventos. O que Heródoto relata em sua obra são os grandes feitos dos homens, aquilo que foge ao ciclo natural das coisas. Com Heródoto, as palavras, feitos ou eventos que de acordo com a ordem natural iriam desaparecer com os homens, passam ao âmbito da história. Passam ao lugar de recordação e é dentro desse lugar de recordação, a história, que ocorre a consolidação do passado e do ser no tempo. Para isso, os homens desenvolvem uma concepção de tempo histórico. E é a representação do tempo histórico e a compreensão que o historiador faz dessa representação que o leva a analisar as ações dos homens, a organiza-las de acordo com essa representação. É essa representação que permite que o historiador observe os processos históricos, tornando-os reconhecíveis, dando a eles sentidos e significados<sup>22</sup>. Portanto, a percepção das experiências históricas não precede a criação de uma representação temporal que passa a organizar essas

<sup>17</sup> REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales. A inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

<sup>18</sup> Ibid., p. 8.

<sup>19</sup> Ibid., p. 10.

<sup>20</sup> Ibid., p. 12.

<sup>21</sup> ARENDT, Hannah. O conceito de história – Antigo e Moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1972. 69-126. P.72.

<sup>22</sup> REIS, Op. Cit. p. 12.

experiências. Porque mesmo para perceber as experiências é preciso que o historiador já disponha de uma representação do tempo, sem a qual ele não é capaz de ordenar essas experiências. E assim, ele pode analisar sua própria representação temporal, diferenciando-a de outras em outros momentos históricos e em outras sociedades<sup>23</sup>. Compreende-se que o tempo histórico só existe em relação a uma época histórica determinada e a partir de uma construção cultural daquela sociedade. Efetivamente, o tempo histórico não é algo exterior aos sujeitos da história, ele existe a partir da construção que os sujeitos da história fizeram desse tempo. E as representações desse tempo revelam as mudanças na sociedade. A representação do tempo histórico se mantém a partir do momento que acompanham as mudanças da sociedade. Quando ele deixa de acompanhar, ele começa a ser substituído por outro tempo<sup>24</sup>. Observa-se que a criação de um novo modelo historiográfico reproduz e advém de uma mudança na representação do tempo histórico. Conforme nos diz José Reis:

“O tempo histórico, portanto, parece-nos o centro e a base de toda reflexão sobre a pesquisa histórica. Muda-se a perspectiva sobre esse centro e base, uma outra história emerge, com novos historiadores, novos objetos, novas fontes, novas técnicas<sup>25</sup>”.

Ainda que o conceito de “longa duração” tenha sido criado por Braudel, já em Febvre e Bloch é possível ver a produção de uma representação temporal que leva em conta essa nova formulação do tempo histórico. É um termo que ao mesmo tempo se aproxima e se distancia dos conceitos de “estrutura social<sup>26</sup>”. A nova história desenvolvida pelos Analistas compreende a estrutura social a partir da mudança, pois uma estrutura surge após séculos de estabilidade e, ao deixar de existir, outra estrutura toma seu lugar, caracterizando uma mudança. E dentro destas estruturas há o sentido de continuidade, como nos afirma Reis: “No interior das estruturas, os movimentos cíclicos compensam-se e limitam-se, criando a reversibilidade, a continuidade<sup>27</sup>”.

---

<sup>23</sup> Ibid., p. 13.

<sup>24</sup> Ibid., p. 14.

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Ibid., p. 18.

<sup>27</sup> Ibid., p. 19.

Porém, de que forma isso se relaciona com a história como pesquisa sobre a mudança? Da maneira pela qual o historiador pode observar as diferentes estruturas que surgiram e, ao mesmo tempo, observar as continuidades inseridas nestas. Isto é, as estruturas, dentro de seus sistemas produzem comportamentos que caracterizam sua continuidade e, ao ser substituída por outra estrutura, caracteriza a mudança<sup>28</sup>. Iremos observar isto mais claramente nos capítulos que se seguem e especialmente durante a análise da obra “Os Reis Taumaturgos”.

Nesse sentido, a observação da mudança ocorre a partir do presente e os vestígios do passado não formam a história, é o historiador no presente que interroga o passado e constrói os dados históricos e observa a estrutura superada, observa a mudança de estrutura. O passado deixa de ser fixo e os dados deixam de ser o passado por si só. Em suma, o passado depende do ponto de vista temporal daquele que faz a análise<sup>29</sup>, bem como de vestígios deixados por seus personagens. E Bloch nos informa que esse passado é acessado pelo historiador do presente por meio dos rastros que o passado deixa para nós ao longo do tempo. O trabalho do pesquisador é usar os rastros do passado para monta-lo e remonta-lo. E o historiador faz isso infinitamente.

Desta forma, além da interdisciplinaridade, a história da Escola dos Annales desenvolve também a perspectiva de história-problema. A história-problema é o momento em que o historiador tem plena consciência de que sua produção interroga os vestígios do passado a partir das perspectivas que o historiador tem no tempo presente. É o momento que o historiador torna-se sujeito histórico também:

“O historiador aparece e confessa seus pressupostos e conceitos, seus problemas e hipóteses, seus documentos e suas técnicas e os modos como as utilizou e, sobretudo, a partir de qual lugar social a institucional ele fala<sup>30</sup>”.

A produção da história-problema é a constatação de que o passado não é dado e que, ao revisitar e interrogar os seus vestígios, os historiadores reconstróem o passado. A experiência presente exige que o historiador revise e interroge o

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 20.

<sup>29</sup> Ibid., p. 25.

<sup>30</sup> Idem.

passado e, a cada visita, ele reconstrói esse passado estimulado pelas novas experiências do presente. E a cada presente, um novo passado é construído e visitado a partir das perspectivas de representação temporal do presente que o visita, que o busca, que o analisa e o reconstrói<sup>31</sup>. E a reconstrução desse passado retira o historiador do seu lugar de imparcialidade, onde ele observava passivamente o passado e o apresentava a sociedade e o coloca como sujeito ativo da história que demonstra seus objetivos, sua metodologia e teoria. E essas características da historiografia e do lugar do historiador evidenciam o abandono da temporalidade teleológica - onde o passado já está dado e cabe a nós produzir o caminho em direção a um futuro utópico também já dado.

Essa forma de historiografia foi caracterizada, a partir da segunda geração dos Annales com Braudel, como um modelo de análise temporal que foi chamado de “história de longa duração<sup>32</sup>”. A produção de uma história-problema, para os primeiros analistas, necessariamente precisaria ser produzida pensando em um tempo amplo de mudanças históricas. Nesse sentido, “Os Reis Taumaturgos<sup>33</sup>” (1924), de Marc Bloch, é uma das primeiras produções historiográficas a tratar uma questão social, o toque curador dos reis na Idade Média, a partir da perspectiva de longa duração. Pois a análise desses autores é que as questões sociais não poderiam e nem deveriam ser tratadas da mesma forma que a história política fazia, pensando em curtos períodos de tempo. Para analisar a história como um problema da mudança, era preciso que o historiador se encarasse o objeto de estudos a partir das questões sociais de longa duração. Se não houvesse uma análise de longa duração, nem mesmo seria possível observa-las, pois elas não acontecem em curtos períodos.

A produção de uma história de longa duração partiria de um método que Bloch chama de método regressivo. Isto é, partindo do conhecido para o desconhecido. Assim sendo, a produção historiográfica se daria partindo do presente, das questões do presente, da análise do presente e, de certa forma, a da concepção temporal do presente para o passado, para as questões do passado, análise do passado e das concepções temporais desse passado. Notamos essa forma de análise também

---

<sup>31</sup> Ibid., p. 26.

<sup>32</sup> Braudel, Fernand. **Escritos Sobre a História**. Perspectiva, 2014. 3ª Ed. 296 P.

<sup>33</sup> BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

em “A Sociedade Feudal<sup>34</sup>” (1939), onde fica um pouco mais evidente os estranhamentos que são causados no autor pela “indiferença pelo tempo” que os medievais possuíam, sua falta de interesse em mensurar acuradamente o tempo é notada pelo autor. Partindo de um presente que vive esse tempo cada vez mais “exato”.<sup>35</sup>

A forma de conhecimento histórico produzida pela nova história é, como já dito, o método regressivo, onde vai-se do conhecido para o desconhecido, do mais simples para o mais complexo. No caso da ciência histórica, vai-se do presente para o passado. Como nos diz Bloch:

“Esse método regressivo sustenta a história-problema: temática, essa história elege, a partir das tensões vividas no presente, os temas que interessam a esse presente, problematizando-os e tratando-os no passado, trazendo informações para o presente, que o esclareçam sobre sua experiência vivida<sup>36</sup>”.

Desde o início da modernidade o homem vivia a era da crise de não identificação com seu passado e a dificuldade de escrever história por conta da aceleração dos tempos. Koselleck aborda essa questão a partir dos conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, para ele, essa era a forma com a qual é possível encarar o debate acerca do tempo histórico. E essas duas grandezas de análise do tempo histórico se modificam de acordo com as mudanças nas sociedades. A relação do homem com o passado e com as possibilidades de futuro estão inseridas nas produções historiográficas do período. Neste contexto é importante lembrar a definição que o autor dá para os conceitos, onde experiência é o passado atual, onde os acontecimentos são lembrados e incorporados e se dão por incorporação racional e comportamentos inconscientes<sup>37</sup>. A expectativa, contudo, é o futuro presente, que se realiza no hoje. Durante longos períodos da historiografia, essa relação acontecia sem uma tensão aparente. E é durante a Era Moderna que essa tensão acontece e com a historiografia ela passa a se tornar mais evidente. Pois os homens percebiam que as suas experiências pouco ou nada poderiam guiar suas expectativas. Enquanto o mundo camponês do qual Bloch se debruça é um mundo com mudanças lentas que “não eram capazes de produzir uma mudança em vida”, o mundo

<sup>34</sup> BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987.

<sup>35</sup> BURKE, Op. Cit. p. 25.

<sup>36</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história. Ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

<sup>37</sup> KOSELLECK, Reinhart. Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa. In: **Futuro Passado**. Editora: Contraponto: Rio de Janeiro. 2006. 305-328. p. 309

do próprio Bloch era o mundo onde suas expectativas pessoais e de sua sociedade não poderiam mais estar sob o alicerce das experiências de seus antepassados. Com a história de longa duração, que leva em conta questões do presente para o passado criando a história-problema, o historiador consegue promover um diálogo entre os homens do presente e os do passado, e os modernos não se encontram mais tão solitários e desprotegidos. De modo que:

“Esse diálogo promovido pelo historiador oferece aos homens do presente uma interlocução, um conforto, uma melhor localização de si no tempo, o sentido específico da diferença, da alteridade e da identidade<sup>38</sup>”.

Assim, Reis defende que a reformulação do tempo pela Escola dos Annales é uma tentativa de se compreender num mundo de constantes mudanças. Num mundo onde a produção industrial e a tecnologia trazem cada vez mais a sensação de aceleração do tempo, onde o passado não guia mais o futuro e onde o futuro não é mais o mesmo futuro do passado<sup>39</sup>. A “longa duração” é a representação do tempo histórico que propõe uma concepção do homem, da sociedade e da história. A estrutura situa o evento num lugar de menor importância, a observação a partir de estruturas dão um sentido ao evento, normalmente indicando que a mudança já estava aos poucos ocorrendo e o evento torna-se uma representação evidente de uma mudança já anunciada. A mudança não é sem controle, ela pode ser observada e analisada no interior da estrutura e, mais radicalmente, na substituição de uma estrutura por outra. De tal forma que:

“A ‘estrutura social’ das ciências sociais e a ‘longa duração’ dos Annales seriam a versão do século XX da reversibilidade, que protege contra o novo, a alteridade, a mudança a finitude. Isso porque toda representação do tempo além de produzir meios de conhecer a história, para dominá-la, oferece também a representação do seu significado, da sua direção do seu sentido [...]”<sup>40</sup>.

Para Reis, a ampla aceitação da representação do tempo histórico da Escola dos Annales se deu por uma necessidade da época. O homem do período da primeira guerra, precisava de uma proteção contra o desconhecido, contra a descontinuidade e a longa duração, associada a lógica de grandes estruturas sociais, forneceu a esse

---

<sup>38</sup> REIS. Op. Cit. p. 28.

<sup>39</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: ED. Contraponto, 2006. Cf. Cap. II e Cap. VI.

<sup>40</sup> REIS, Op. Cit. p. 30.

homem o que ele precisava no momento: uma ampliação de sua visão para que ele conseguisse ver (ou construir o que desejava ver) continuidades no meio de tantas descontinuidades, para que ele encontrasse sua identidade no passado. As formas das ciências humanas de produzirem essa sensação de segurança no tempo são inúmeras, mas o objetivo, segundo ele, é o controle da mudança brusca e a construção da permanência. Quando Arendt afirma, porém, que a mudança na temporalidade da história já havia se consolidado durante o século XIX, e que a produção dos *Annales* é um passo a mais nessa mudança<sup>41</sup>, percebe-se que o propósito da história daquele momento não era frear a aceleração da mudança, nem tampouco controlá-la, o historiador pretendia através de uma narrativa inteligente, organizar os eventos de modo que ainda que estes parecem isolados enquanto eventos, eles estavam organizados enquanto uma estrutura inserida em um processo histórico. A história moderna possuiria uma relação com a ação, onde sua produção “consiste acima de tudo de processos de início<sup>42</sup>”. É possível observar nas obras de Bloch, e já em “Os Reis Taumaturgos”, que a concepção temporal adotada por ele não busca uma proteção contra a aceleração do tempo. Inclusive, ao decorrer da análise pode-se observar que a obra de Bloch incorpora a temporalidade vivida pelos homens modernos do século XIX e por ele próprio.

Não podemos ignorar as condições nas quais algumas produções historiográficas da Escola dos *Annales* foram produzidas: no meio da luta contra o autoritarismo e no meio da guerra. E, como afirma José Reis, eles refinaram seu conceito de tempo histórico com base nesse lugar, conhecendo seus limites de ação enquanto indivíduos. E também, como nos informa Gomes, reconhecem seus limites enquanto historiadores também. Bloch, na produção da *Apologia da História* agradece aos seus predecessores pois, para ele, foram esses historiadores ditos hoje tradicionais, que possibilitaram que ao analistas dessem um passo além na produção da historiografia.

---

<sup>41</sup> ARENDT, Hannah. Op. Cit. p. 121.

<sup>42</sup> Idem.



## 2.2 Tempo como dimensão da existência

“O tempo é uma dimensão da existência: dos homens, da natureza, das coisas, do universo<sup>43</sup>”.

Como historiadores nossa preocupação com o tempo dos homens se transforma em nosso ofício. Nossa busca por compreender o tempo e, mais do que isso, nossa busca por tentar explicá-lo, nos leva ao conhecimento de que o tempo do homem não é único e, na verdade, corresponde aos tempos dos homens. Isto é, os tempos englobam suas diversas formas de interação, criação e vivência desses tempos. Pode-se afirmar que dentre estes existem: o tempo cronológico, o tempo histórico, o tempo de cada sociedade, o tempo observável pela mudança e movimentação dos astros, o tempo solar, o tempo lunar, o tempo de uma vida, o tempo das revoluções, o tempo das mudanças políticas. Enfim, inúmeras formas de medida e de observação que os homens, as sociedades e os historiadores utilizam-se para compreender o tempo. Esses tempos correspondem a coisas dentro do mundo, dentro da experiência humana, sua condição de existência, sua relação com o mundo material e com a capacidade do homem de dar sentido as coisas. Ordenação esta que se refere às formas de explicação e de sentido, em dois significados possíveis. O ato de conferir sentido pode ser dar a algo relativo significado ou dar a algo um fim, um término, ou uma finalidade, uma direção. Desta forma, ao agir para ordenar o mundo e conferir sentido a ele, o homem, a partir da concepção de tempo, delimita a realidade e age tanto sobre o mundo natural quanto sobre si mesmo, o outro e a sociedade em que vive<sup>44</sup>.

Compreendendo o preceito básico de que diversas foram, e são, as formas de ordenação temporal utilizadas pelo homem, sabemos que apesar das inovações provocadas na concepção de tempo da Nova História, os analistas tiveram antecedentes no que se refere a produção historiográfica que envolvia um determinado tipo de tempo histórico. Este tempo histórico via o fim da história, de sentido e de término. Todos os eventos deveriam caminhar numa mesma direção, sentido ao fim da jornada do homem, ou ao fim dos problemas da humanidade, inicialmente por

---

<sup>43</sup> REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e o tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel.** São Paulo: annablume, 2008. p. 13.

<sup>44</sup> Idem.

meio da religião, posteriormente por meio da razão. A concepção inicial de fim da história compreendia uma providência divina que guiaria os homens aos eventos, para que se acelere, retarde e designe o sentido que a história do homem deveria tomar<sup>45</sup>. Posteriormente a filosofia da história procura se utilizar da razão para ordenar os eventos e chegar ao futuro utópico. Reis afirma que:

“A providência ou a razão seriam as instâncias organizadoras do mundo histórico visível e sublunar. Um tempo metafísico, invisível, revela-se na sucessão temporal em direção a simultaneidade de si, isto é, a eternidade<sup>46</sup>”.

Assim, o fim da história – que teria como guia a providência ou a razão – se caracterizaria pela eternidade do tempo. O fim da história seria o tempo deixar de ser mutável e se tornar um tempo único, simultâneo e eterno, que não era capaz de ver infinitas possibilidades e infinitos futuros possíveis. A concepção teológica do tempo gera um mundo humano no qual a relação com o tempo não é necessariamente uma relação de mudança para a chegada de algo melhor, que finalizasse o sofrimento do homem. Dadas estas questões, podemos pensar se a simultaneidade e a ideia de eterno se dariam a partir da correlação entre passado, presente e futuro. Neste caso, podemos nos questionar se o passado poderia deixar de existir sem o presente e o presente é uma eterna aproximação com o futuro, o que causaria a eliminação do presente. As três temporalidades formais se fundem no presente. Estas se resumem a busca pelo futuro. E os eventos se dão nesta linha temporal que busca a chegada do futuro. Abandonando uma perspectiva teológica do tempo, a filosofia da história substituiu uma teleologia imanente por uma teleologia transcendente. Isto é, o tempo da história deixa de ter suas possibilidades de futuro limitadas a um desejo dos deuses e o futuro passa a compreender as capacidades do homem, tudo está na possibilidade humana. O futuro continua tendo um sentido, a história segue rumo ao futuro benéfico ao homem, mas suas possibilidades deixam de estar ligadas aos desejos dos deuses, ou do Deus judaico-cristão, e passa a se relacionar com as capacidades do homem de gerir seu próprio destino, com suas

---

<sup>45</sup> Ibid., p. 20.

<sup>46</sup> Idem.

infinitas possibilidades. A história se torna sujeito e objeto do conhecimento, simultaneamente. Reis descreve-nos a concepção que Koselleck tem da relação adotada pelo tempo histórico com a escrita da história:

“Na medida em que consciência e ação passam a se recobrir, a história se revela como sujeito e objeto do conhecimento ao mesmo tempo. Para Koselleck, a história era impensável, antes da Revolução Francesa, como podendo ser feita pelos homens. Fazer a história era uma ideia nova, moderna. Foi, portanto, uma segunda revolução epistemológica na compreensão do tempo e da história<sup>47</sup>”.

A história, como nos informa Koselleck<sup>48</sup>, ganha o sentido de *geschichte*, a convergência entre duas significações históricas, a realidade vivida e seu conhecimento passam a constituir um único conhecimento histórico. O que Reis classifica como segunda revolução epistemológica na relação do homem com o tempo, foi a capacidade que a filosofia da história insere no âmbito intelectual pós Revolução Francesa: a capacidade humana de gerir seu próprio destino. Como bem explicado acima, a história feita pelos homens é uma história diferente, que não poderia ter surgido se não naquele contexto histórico. Na perspectiva teológica a história era, como descrita por Koselleck, um conjunto de histórias com objetivo principalmente de instrução de guia de comportamentos. E é a partir de 1780 e pós Revolução Francesa, que com a orientação da filosofia, a história se torna um coletivo singular que envolve um plano único e universal de todas as histórias particulares<sup>49</sup>.

A partir do momento que se transforma em objeto e sujeito de si, a história se torna um conceito da ação. Cria-se possibilidades de futuro, discutidas e dispostas para que a sociedade, a partir da racionalidade, realize as escolhas para construção de sentido histórico e de futuro possível. O fim da história – como término e como finalidade – deixa de ser o apocalipse com o julgamento dos homens e o fim da história passa a ser uma sociedade moral e racional. Uma sociedade que constrói seu caminho, que acredita fazer as escolhas que levam ao caminho de desenvolvimento, progresso e prosperidade futuros. A história torna-se um lugar de ação e o futuro é discutível<sup>50</sup>. Com a substituição do apocalipse pela possibilidade de socie-

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> Reis, Op. Cit. p. 46 et seq.

<sup>49</sup> Ibid., p. 21.

<sup>50</sup> Ibid., p.22.

dade moral e racional, a filosofia da história procura afastar-se do passado construindo nas ações da história um futuro melhor. Fazendo referência a Koselleck, José Reis nos explica melhor o trajeto pretendido pela filosofia da história:

“Esse mundo moderno livra-se de toda referência ao passado e, com termos novos – revolução, progresso, emancipação, evolução, crise, espírito do tempo –, quer implantar o futuro no presente. O presente é uma eterna novidade, pois tomado pelo futuro. E, ao mesmo tempo, este presente tomado pelo futuro não é mais novidade nenhuma, pois o futuro já é conhecido antecipadamente. O espaço da experiência – o presente que contém o passado – é abreviado e interrompido para que o horizonte de espera seja então “espaço da experiência”<sup>51</sup>”.

O futuro não seria vivido pelas gerações futuras, mas pela atual. O presente perde a possibilidade de ser vivido como presente e escapa para dentro do futuro. O tempo é dividido em períodos de reação e períodos de revolução<sup>52</sup>. Neste sentido, o futuro limita a existência do presente por se acreditar mais perfeito e mais livre. Se de fato isso se consolida ou não, não é o que pretendemos demonstrar aqui. Mas enfatizar a revolução epistemológica no que diz respeito ao tempo que essa relação com a história pretendia criar. A filosofia da história garante aos homens a legitimidade na intervenção da realidade histórica<sup>53</sup> e o que nos importa aqui é pensar que essa mudança aconteceu precedida de uma outra relação com o tempo e com a história, aqui já descritas.

## 2.3 O tempo histórico

A base do pensamento teleológico é de que a direção do tempo já era conhecida – de maneira imanente, por Deus, ou transcendente, pela capacidade racional dos homens – e era necessário apenas que os eventos fossem organizados na “ordem” correta para que eles tivessem sentido dentro do caminho pelo qual a humanidade tomava. Desta forma, com a filosofia da história, as consequências dos eventos já eram conhecidas. O necessário era controlá-los, para que as consequências fossem previstas e o acontecimento direcionasse a humanidade a um futuro racional e utópico. De maneira geral, o que ocorreu foi a organização dos eventos numa

<sup>51</sup> CF. Koselleck, 1990, p. 239 et seq.

<sup>52</sup> REIS, Op. Cit. p. 22.

<sup>53</sup> Ibid., p. 23.

ordenação temporal que previa um progresso da humanidade. Na concepção de Koselleck, essa relação de subordinação do presente e do passado pelo futuro causou uma revolução do tempo vivido, direcionando os eventos dentro de uma teleologia<sup>54</sup>. A história, como nos informa Koselleck<sup>55</sup>, ganha o sentido de *geschichte*, a convergência entre duas significações históricas, a realidade vivida e o conhecimento desta passam a constituir um único conhecimento histórico.

Para Koselleck podemos dizer que a influência da filosofia da história sob o tempo da história foi uma influência para a aceleração do tempo histórico. Nesse sentido, o tempo da filosofia da história é o tempo onde o presente somado ao futuro é diferente do passado. Um tempo em que o presente sempre busca ser um futuro melhor e ser diferente do passado ruim, ou sombrio. Já na historiografia, o tempo é uma simultaneidade “atrasada” onde o presente se soma ao passado num espaço de grandes estruturas. É nesse contexto de mudança que surge a Nova História da Escola dos Annales.

### 2.3.1 O tempo histórico dos annalistas

A Nova História dependeu de uma pesquisa no campo econômico, social e de mentalidades. O historiador deixou de narrar os acontecimentos de povos e indivíduos supostamente livres, deixou de narrar eventos que estão direcionando o homem a um futuro próspero e passou a analisar seus objetos a partir de uma lógica de estrutura. A história política, ou acontecimental, cede lugar a um tipo de conhecimento problematizante. Ela passa a ser mais que narrativa de eventos, ela torna-se pesquisa, análise de fenômenos repetitivos e “que limitam a ação livre individual<sup>56</sup>”. Isto é, a produção historiográfica leva em consideração o lugar histórico e social do indivíduo, aquilo que dentro do seu espaço de tempo, do seu lugar social, econômico e mental dentro de uma sociedade, ele pode ocupar e o que ele pode ou não produzir. O que lhe permite o seu espaço de experiência e o seu horizonte de expectativa, no campo do pensamento e da ação. Essa Nova História leva em conta se a estrutura social permite, ou não, que o indivíduo atue de determinadas formas

<sup>54</sup> Ibid., p. 24.

<sup>55</sup> Ibid., p. 46 et seq.

<sup>56</sup> Ibid., p. 25.

e que sozinho é muito pouco provável que ele possa agir e “produzir história” totalmente afastado de seu contexto histórico e social. Um exemplo disso é o que Febvre fala sobre como determinado conceito não pode ser usado, e sequer pensado, por determinado personagem histórico, porque o conceito ainda não existia naquele momento histórico. Quando tratamos da Nova História, tratamos de um tipo de história que produziu novos conceitos, novos objetos, novos métodos de pesquisa histórica que nos influenciam até hoje. A narrativa desses historiadores não é sobre homens individuais, mas sobre sociedades que estão inseridas em sua estrutura e que vivem de acordo com as possibilidades dessas estruturas.

### 2.3.2 Novas fontes e novas técnicas

A mudança essencial para que a Nova História se consolidasse como um novo modelo historiográfico foi a mudança na concepção o que é fonte histórica. Os analistas deixaram de compreender como fonte apenas os documentos oficiais e passaram a compreender como fonte histórica, todos os tipos de vestígios do passado. Como um detetive do passado, o historiador passa a analisar os documentos que foram deixados, propositalmente ou não, pelos homens do passado. Os documentos não oficiais permitem que o historiador observe as estruturas sociais. Assim, os documentos que se referem a vida cotidiana das massas, a vida produtiva, econômica, suas crenças, suas formas de organização. Todos os documentos que podem trazer alguma luz sobre o passado passam a ser pesquisados e estudados como fontes históricas<sup>57</sup>. Como historiadores que vivem numa época de extrema velocidade na expansão tecnológica, podemos imaginar que disso podem advir fontes inesgotáveis de conhecimento histórico num futuro não muito distante, através de redes sociais, por exemplo. De forma similar, podemos imaginar a expansão que foi para o conhecimento histórico do início do XX, a possibilidade de tratar como documentos históricos e fontes de pesquisa, os diversos documentos não oficiais. A expansão nas possibilidades de compreensão da história a partir da expansão das fontes, transformou o ofício do historiador. E transformou, ou foi transformada,

---

<sup>57</sup> Ibid., p. 28.

pela compreensão do tempo que esses historiadores consolidaram. A partir da descoberta das novas fontes, a documentação massiva a involuntária vai se tornando o maior objeto de pesquisa do historiador. Há uma mudança significativa nos tipos de documentos pesquisados pelo historiador, ponto que abordaremos mais adiante nas análises das obras<sup>58</sup>.

### 2.3.3 A noção de tempo blochiana

O que Bloch e Febvre produzem de historiografia é considerado por Reis, como uma Revolução do conhecimento histórico. Peter Burke também aproxima a mudança causada pela Escola dos Annales na produção historiográfica, como a Revolução Francesa da historiografia. Ambos defendem que a obra de Bloch foi uma total inovação com relação aos historiadores que o precederam, para Reis e para Peter Burke, Febvre e Bloch realizaram uma mudança no que está no coração do pensamento histórico: a noção de tempo<sup>59</sup>. A forma de produção historiográfica leva em consideração a longa duração, que foi perpetuada pelos seguidores da Escola dos Annales, além dos fundadores<sup>60</sup>. Tanto os fundadores quanto os seguidores da história da Escola dos Annales, tem em comum a construção da pesquisa histórica dentro do quadro de tempo longo, um quadro de tempo que visa a superação do evento. Conforme nos diz Reis:

“O ponto em comum é a construção da pesquisa histórica dentro do quadro do tempo longo, que consiste em um esforço de superação do evento e seus corolários: a história contínua, progressiva e irreversível da realização de uma consciência humana capaz de uma reflexão total<sup>61</sup>”.

A criação de uma dialética de longa duração leva em conta a superação do evento, e a descrença de que a humanidade pode produzir um progresso contínuo a partir da capacidade do homem de inserir eventos dentro de uma lógica onde um

---

<sup>58</sup> Idem.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Ibid., p. 29.

<sup>61</sup> Idem.

futuro possível designaria os acontecimentos. Onde o controle dos eventos parte da consciência humana de seu futuro.

### 2.3.4 A dialética de longa duração

A dialética da longa duração, insere dentro do âmbito da pesquisa histórica a ideia de permanência e de repetição. Neste sentido, as formas de produção da história pensam além da mudança. Isto é, o conhecimento histórico que era pautado apenas pela mudança, passa a ser também pautado pela repetição, pelas mudanças graduais e não apenas focado na irreversibilidade dos eventos. A história de longa duração trouxe esta novidade epistemológica<sup>62</sup>. A história de longa duração é onde o tempo encontra o espaço, a ideia de mudança – do presente para o futuro – se unifica a ideia de movimento – passagem do antes para o depois<sup>63</sup>. Em termos práticos isso significa que a história deixa de crer num futuro escolhido, moldado e dependente do presente e passa a reconhecer e compreender a passagem do tempo como parte de uma grande estrutura que demora a se modificar e não necessariamente pode ser alterada e, menos ainda, pode se ter o controle sobre os eventos. O tempo se constrói conceitualmente e se verifica empiricamente, como nos informa Reis o historiador tem um novo papel na análise desse tempo:

“O historiador deve procurar articular nesses processos as figuras do ciclo, da linha e do imóvel, para, ao mesmo tempo, distingui-las e relacioná-las. O que significa que o tempo histórico não é uniforme, abstrato e retilíneo, mas plural. Há histórias e processos mentais, sociais e econômicos – cada qual revelando uma temporalidade específica”<sup>64</sup>.

O historiador compreende que é ele, ao visitar os vestígios do passado, que coordena em seu modelo a sucessão e a simultaneidade dos processos históricos<sup>65</sup>. O tempo dos Annales, mais do que um tempo de longa duração, participa da compreensão que o historiador é partícipe na criação do tempo. O historiador reconstrói

<sup>62</sup> Segundo Braudel, APUD, Reis, P. 25 Op. Cit.

<sup>63</sup> Ibid., p. 29.

<sup>64</sup> Ibid., p. 30.

<sup>65</sup> Ibid., p. 31.



o tempo do passado de acordo com o que ele vive no presente e do que ele pode requisitar do passado. E é ele quem terá o papel transformador de coordenar a sucessão e a simultaneidade. O tempo criado pelos Annales:

“é uma realidade dada nos fenômenos humanos concretos, consiste em suas durações e ritmos objetivos. Mas esses tempos não se dão a percepção e não podem ser conhecidos especulativamente. Torna-se necessário, então, a sua reconstrução teórica e formal. Mas essa reconstrução não se confunde com o próprio tempo vivido e este não se reduz aquela. É como se houvesse dois tempos: o do real e o do conhecimento. Este é uma representação daquele. O tempo real é o que deve ser reconstruído, mas não será jamais reconstruído<sup>66</sup>”.

O que Reis explica nesse ponto é que existe a tentativa do historiador de produzir a reconstrução do tempo real a partir do tempo do conhecimento. E é sempre a busca pela representação desse tempo, mesmo sabendo que ela jamais vai se concretizar. Pois o tempo do conhecimento não tem pretensões de ser o tempo real. Desta forma, esse tempo pode ser múltiplo e, sendo assim, ele pode ser reconstruído de diversas formas a partir da ênfase que o historiador que está trabalhando na reconstrução desse tempo desejar. Isso cria a margem para diversas interpretações historiográficas de um mesmo vestígio do passado. Isso, porém, não dá a o historiador a total liberdade de interpretação anacrônica do documento. A análise que o historiador faz do documento depende daquilo que o documento permite que o historiador leia, ao mesmo tempo, isso implica que o historiador se diferencie do passado que o documento apresenta. Este vestígio do passado fornece uma estrutura temporal para o historiador que o pesquisa, mas, ainda que se baseie nas possibilidades e exclusões do documento, o historiador não é capaz de reproduzir o tempo do documento, ele reconstrói um tempo próximo, mas diferenciado deste.

### 2.3.5 Periodização

Os historiadores da nova história recorrerão aos conceitos, criados por eles mesmos ou adotados das ciências sociais, para produzirem a representação do vi-

---

<sup>66</sup> Ibid., p. 32.

vido. Pois o conceito é uma construção que engloba aspectos diferentes, reconstruindo uma realidade, ainda que não represente-a de fato<sup>67</sup>. E a história que trata da representação do tempo vivido produz o seu conhecimento a partir de conceitos. Consequentemente a história apreendida por conceitos ganha uma outra periodização. Uma periodização que passa a racionalizar a partir de estruturas específicas. Isto é, a Nova História é uma história feita no tempo e no espaço, é uma história estrutural. E reconhece mudanças conjunturais e estruturais, reversíveis e irreversíveis. A partir da análise de estrutura e da substituição de uma estrutura por outra, o analista compreende que há uma ruptura irreversível. E dentro das próprias estruturas existem crescimento e declínio, o que caracterizariam as mudanças<sup>68</sup>.

A Nova História compreende então, além das características irreversíveis da estrutura, a possibilidade de existência simultânea de dois tempos, o tempo real, que compreende aspectos factuais e o tempo representado, que compreende aspectos conceituais<sup>69</sup>. E ambos os tempos funcionam em conjunto, sem se sobrepor um ao outro. No entanto, apesar de seus esforços, o historiador não pode trazer novamente à realidade os aspectos factuais do passado, mas pode interpretá-los, produzindo a representação destes. A nova história entende a existência de ambas formas temporais e produz historiografia na sua tentativa de compreender estes dois aspectos na estrutura de longa duração. Desta forma a estrutura de longa duração busca abarcar os aspectos factuais do passado, a representação que o historiador que analisa faz destes, os aspectos repetíveis e os irrepetíveis da longa duração. Conforme nos diz Reis:

“A pesquisa histórica estabelece laços entre o factual e o conceitual, organiza os eventos constatados em ordens conceituais abstratas. Por trás da sucessão visível, das durações reais, o conceito cria a simultaneidade entre elas, e separa os processos diferenciados. O tempo real torna-se inteligível, pensável, não especulativamente, mas conceitualmente<sup>70</sup>”.

Pois recortar o passado em durações (e os homens fizeram isso diversas vezes de diversas formas) é o primeiro passo para torna-lo inteligível<sup>71</sup>. Nesse tempo histórico, a realidade e o conhecimento da realidade se recobrem.

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Idem.

<sup>69</sup> Ibid., p. 34

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> Dumolim, in Burgiere, 1986, p. 504-505, APUD, REIS, P. 35.

### 2.3.6 Outra relação passado-presente

A historiografia anterior aos Annales produziu duas perspectivas sobre o tempo: (1) A perspectiva positivista, advinda da filosofia, e (2) A perspectiva estruturalista: onde a sucessão é secundária e o foco é na simultaneidade. E uma terceira representação é adotada pela Escola dos Annales: de que o passado não se isola do presente, tão pouco é incorporado pelo presente. A Escola dos Annales, especialmente Bloch quando propõe a metodologia histórica em “Apologia da História”, inova ao mostrar que o passado é abordado a partir do presente. É o presente, do historiador em questão, que levanta as questões sobre o passado, questões que o levam – no presente – a compreender o passado. Novamente, Reis explica essa relação como uma relação simbiótica entre tempos diferentes:

“Há, portanto, uma relação de interrogação recíproca. Se há um diálogo, o presente não pode absorver o passado e torna-lo contemporâneo. O diálogo só é possível entre diferentes que se comunicam<sup>72</sup>”.

Passado e presente são momentos singulares no tempo histórico e por isso podem estabelecer relação de conhecimento sem que necessariamente um se aproprie do outro destruindo sua funcionalidade no tempo. Os analistas defendem que isso é a razão de ser do conhecimento histórico: “O tempo da sucessão vivida, eles sustentam, não poderá jamais ser superado pelo tempo abstrato do modelo. Pelo contrário, este só é legítimo como fonte de inteligibilidade daquele”.

A relação do historiador dos Annales com o tempo é uma relação de não dominância de nenhuma temporalidade sobre a outra – nem do presente sobre o futuro ou o passado, nem do passado sobre o presente ou sobre o futuro. Segundo Arriés, na nova história o tempo histórico é perceptível quando observamos uma diferença entre o ontem e o hoje, a pesquisa histórica se demonstra como uma surpresa frente as diferenças, ou algumas semelhanças, com o passado: “O passado só é apreensível pela comparação com o presente, a única duração que o historiador pode conhecer corretamente<sup>73</sup>”.

---

<sup>72</sup> Ibid., p.35.

<sup>73</sup> ARRIÉS 1986, P. 231-4, APUD, REIS, P. 35.

Na estrutura temporal do analista, o passado é conhecido pelo contraste que ele possui em relação com o presente. A descontinuidade “informa ao presente que ele não é o passado e informa ao passado o que ele foi. Por consequência, informa também o que o passado poderia ter sido e o que o presente poderia ter se tornado”<sup>74</sup>. Nesta lógica, há um diálogo entre presente e passado e não uma relação de dominância. O presente não é a continuação do passado, é outro, são momentos diferentes. Dentro da perspectiva arendtiana, o presente da modernidade deu-se a partir de um rompimento com o passado, mas não no sentido de eliminação e esquecimento deste, mas no sentido de mudança de rumo e tomada da consciência do processo e da tomada das rédeas da direção do futuro.

## 2.4 As diferentes perspectivas de Febvre e Bloch

Como já dito, apesar de uma mesma pretensão, os analistas tinham visões diferentes acerca da historiografia. Dois exemplos disso são Febvre e Bloch, que são reunidos pela perspectiva de longa duração, de superação do evento e de relação com as ciências sociais. Mas apesar das semelhanças, eles possuem compreensões diferentes da longa duração e da superação do evento. Para Reis, são tendências opostas que se completam mutuamente. Febvre parte do eventos para a estrutura, da aparente novidade de uma obra original para integrá-la na estrutura mental de sua época, o evento original encontra sua estrutura, podendo os historiadores hoje afirmarem que ele tendia ao historicismo. Bloch, no entanto, parte da estrutura para o evento, para ele, uma estrutura incluía inúmeros eventos, ele não buscava o “evento original”<sup>75</sup>:

“Ao contrário de Febvre, ele não vai do grande evento intelectual a sua estrutura, mas analisa estruturas onde os eventos são tratados como meros sinais reveladores em posição secundária. Bloch faz um estudo objetivo dos homens em grupos, retirando a ênfase das iniciativas individuais, da consciência de sujeitos atuantes. Seu tempo não é o tempo da alma ou da consciência, de indivíduos capazes de uma reflexão mais profunda, mas o tempo inconsciente de coletividades”<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> Ibid., p. 35.

<sup>75</sup> Ibid., p. 38.

<sup>76</sup> Ibid., p. 55.

Embora exista ainda em Bloch muito daquilo que seus mentores produziram, não é possível negar sua enorme contribuição para a produção de uma Nova História. Pode-se afirmar, com um pouco de ousadia, que a nova história é mais blochiana do que de outros autores. Esta afirmação parte do ponto de vista das inovações nas orientações de pesquisa deste. Na obra de Bloch encontramos a representação do tipo de história que o século XX pôde produzir. Mas isso também quer dizer que apesar de sua inovação, ele não produziu a nova história no seu modelo que ficou mais conhecido. Talvez deixemos esse fato para outros autores, como Braudel e Burke, deixemos para as gerações posteriores dos Annales. Mas foram seus seguidores que produziram a nova história a partir de seus métodos, técnicas e a partir de análises de suas obras. E ainda hoje é o tipo de história que é produzida, ou que tentam reproduzir os historiadores sociais e culturais. Isto é, Bloch criou o modelo metodológico para a história e outros historiadores “aperfeiçoaram” seu modelo de historiografia<sup>77</sup>.

É interessante notar a mudança significativa na relação dos historiadores modernos com o tempo. Antes, um tempo dos eventos e acontecimentos grandes de grandes personagens. Agora um tempo das estruturas e do coletivo. Nesse sentido, seria possível uma aproximação com o tempo físico? Se pensarmos nesse caso como tempo físico aquele que é o tempo da natureza, das materialidades, das necessidades, dos ciclos de produção e reprodução, da vida e da alimentação. Quando pensamos em um momento do século XX em que historiadores afirmam adotar uma outra forma de medida do tempo, é pouco provável que não levamos em consideração as outras formas de conhecimento humano, como a física, que produziu outra maneira de pensar o tempo. E que, a sua maneira, revolucionou a relação dos homens com o tempo. O século XX foi um momento de mudanças nas relações do ocidente dominante com o tempo.

Esse tempo adotado pelos historiadores é um tempo inconsciente e tratado como um tempo de permanência, porque os indivíduos passam, mas as coletividades e as estruturas permanecem, assim como as necessidades naturais básicas e cíclicas se mantêm constantes. Esse tempo percebido ou criado pelos historiadores dos Annales é um tempo de repartição, de regularidade. Onde as análises históricas

---

<sup>77</sup> Ibid., p. 54.

são feitas a partir de um tempo estrutural, onde existem ciclos e, ao mesmo tempo, mudanças. Mas não mudanças de curto prazo, mudanças de longa duração, mudanças de estrutura. O tempo de Febvre e de Bloch, não é simplesmente o tempo conceitual mas um tempo que busca se entrelaçar com o tempo da realidade, produzindo um as características do outro.

O que interessa Bloch e os analistas é, mais do que o indivíduo, seus elementos que aparentemente são dispersos e “não” ditos à história, a estrutura que engloba o personagem passa a ser mais interessante e importante do que o personagem em si. Pois a estrutura social, econômica e mental é o que caracteriza, define e limita o personagem histórico. Cada personagem age de acordo com o seu tempo e espaço histórico<sup>78</sup>. Independente do evento que influencia ou que possa determiná-la, a estrutura permanece, pelo menos na maioria dos casos e na maior parte do tempo. O que não impede que a estudemos, pois mesmo uma estrutura possui história, ela pode mudar, evoluir e se dissolver, mas apenas a partir da longa duração. Então, basicamente, quando tratamos do conhecimento da mudança, a história, podemos estudar historicamente as estruturas, apenas precisamos ampliar nosso espectro temporal<sup>79</sup>. Bloch é inovador a partir do momento que ele deixa de explicar as mudanças pela lógica do evento, do indivíduo e da perspectiva de curta duração, para pensar processos longos que alteram, dissolvem ou criam uma estrutura. A estrutura pode ser tudo que envolve determinada sociedade, os aspectos sociais, econômicos e mentais. E, a partir do momento que os cientistas sociais e os historiadores se voltaram para a análise da estrutura eles deram-se conta que isso tudo muda muito lentamente e, mais ainda, que a estrutura pode ser analisada sob dois pontos de vista: da mudança e da permanência. No que se refere a mudança, conhecemos o papel da história, mas e no que se refere a permanência?

Ao tratar da sociedade e não do indivíduo – não apenas tratar, mas partir da sociedade para compreensão histórica e não partir do indivíduo –, a perspectiva blochiana compreendia as mudanças e as permanências em uma sociedade. Analisando o coletivo, Bloch produzia história a partir da estrutura que articulava o indivíduo, ou indivíduos, essa estrutura não era apenas inconsciente. O que ele deno-

---

<sup>78</sup> Idem.

<sup>79</sup> Idem.

mina de consciência coletiva, forma comportamentos, impõe valores e constrói personalidades, e a mudança ocorria quando conscientemente lutava-se contra determinados comportamentos ou valores impostos pela estrutura. A consciência coletiva envolve todos os membros da sociedade, é um consenso que lhes oferece valores e normas de vida. Por partir da estrutura, ela é uma consciência pré-fabricada, se oferece aos indivíduos como algo natural apesar de se tratar de uma construção de longa duração<sup>80</sup>. Partindo desse pressuposto precisamos constantemente lembrar que a estrutura de longa duração e as possibilidades de análise a ela ligadas sempre caracterizam o indivíduo como inserido nessa estrutura. O mundo social compreendido pela estrutura é uma ordem pré-determinada e é muito difícil que um indivíduo sozinho seja capaz de modifica-la ou eliminá-la. Desta forma, Bloch procura um método que fosse capaz de, a partir da ordem – social, econômica e mental – explicar as ações individuais, que a primeira vista pareceriam livres mas estão inseridas dentro de uma lógica estrutural. Neste caso, os indivíduos que não são capazes de compreender a existência - permanência e mudança - da estrutura refletem um mundo as cegas, onde agem sem interrogar<sup>81</sup>.

Os homens tendem a naturalizar o tempo da estrutura, assumindo – ao menos no âmbito ordinário – as características do tempo natural (pensando aqui o tempo natural como o tempo das necessidades da natureza, da biologia): “são volumes de indivíduos, quantidades de homens que indiferentemente realizam os mesmos movimentos<sup>82</sup>”. Esse tempo, pouco racionalizado pelos próprios que o vivem, pode ser alvo de pesquisas históricas, que o racionalizariam e compreenderiam determinados comportamentos a partir de seu contexto, podendo conta-lo, agrupá-lo e até mesmo prevê-lo.

---

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Idem.

<sup>82</sup> Idem.

### 3. Temporalidades blochianas

Pensar historiograficamente é o trabalho de pensar as temporalidades. Quando o historiador pensa o tempo, ele pensa o tempo astronômico, o tempo de mudanças de anos, meses, dias, horas e minutos. Entretanto, mais do que isso, ele pensa o tempo do historiador, tempo este que se coloca entre o passado e o presente, um tempo que entrelaça, principalmente, estas duas temporalidades, o passado e o presente. O historiador, como bem descreve Marc Bloch em *Apologia da História* persegue os vestígios do passado, e os interpreta no presente. De modo que estes possam ser analisados historiograficamente. O historiador, porém, é uma pessoa real, presente em seu tempo, que vive seu cotidiano, que possui ideologias e formação intelectual correspondente ao seu momento histórico, possui expectativas de futuro e enxerga possibilidades a partir de suas experiências. Então, para compreendermos uma obra historiográfica, precisamos compreender o autor dela. No caso de Bloch, precisamos perceber que em suas obras existe a criação de um modelo de historiografia, de um novo modelo de análise documental e de um novo modelo de documento histórico. E, mais ainda, precisamos compreender que a obra de Bloch, possui um modelo temporal histórico. Modelo este que podemos observar incipiente na sua primeira obra como historiador “*Os Reis Taumaturgos*” (1924).

#### 3.1 A discussão política em *Os Reis Taumaturgos*

Afim de discutirmos os pormenores de “*Os Reis Taumaturgos*” precisamos lembrar que a discussão central do livro, ao oposto do que pode parecer no título e em uma leitura mais rápida, é uma discussão de caráter político. Partindo da observação de documentos não comumente usados para fins de história política daquele período, e da construção de uma história comparada entre o rito curador na França e o rito na Inglaterra, Bloch analisa como uma mentalidade de crença no milagre régio foi utilizada politicamente pelos soberanos. Os reis se tornam reis taumaturgos a partir de um pensamento que visava fortalecer o poder monárquico. As descrições que Bloch informa ao leitor sobre as curas régias caminham em paralelo



com as questões políticas que o soberano exercia. As curas milagrosas dos reis tau-maturgos ocorrem sempre em relação a reafirmação do poder monárquico, da hereditariedade deste e da legitimidade do poder real. Logo no início da obra nós observamos que o fato de os súditos verdadeiramente acreditarem na capacidade de cura régia ou de os próprios soberanos acreditassem no poder da unção e no poder de sua linhagem, não anula o fato de que o monarca e seus apoiadores se utilizam disto em construção de um fortalecimento político.

No período tratado no início do texto, a baixa Idade Média, o senso comum vai atribuir ao monarca a posse de um poder miraculoso, a manifestação de um poder divino que somente se manifesta nos reis. O caráter miraculoso do rei parece ser uma construção do senso comum medieval. Porém, isso não significa dizer que fora o povo que construiu esta ideia de aura sobrenatural dos reis. Bloch afirma ser impossível determinar sua origem. O que se sabe é que esta santidade é resultado de uma complementariedade: ela advém da estirpe real, portanto uma questão de hereditariedade e é oriunda da unção, portanto uma questão de benção divina. Podemos dizer que a princípio, o poder miraculoso dos reis decorria da predestinação familiar. Posteriormente, a partir dos tempos carolíngios, esta santidade passou a ser creditada à unção em conjunto com a hereditariedade. A partir de então, mesmo ainda com muita discussão em torno deste assunto, entende-se, de certa forma, como uma espécie de complementariedade entre estas duas formas. Para o homem medieval, o mundo temporal e o espiritual eram vizinhos; mundos que se correlacionam constantemente. Portanto, torna-se fácil entender esta ideia de complementariedade. Daí, desta realeza sagrada e miraculosa que terá origem o poder de cura, dentre eles o toque das escrófulas.

Por outro lado, no decorrer do tempo, a unção vai tomando corpo e assumindo lugar de destaque no imaginário popular. Assim como citado no livro em questão, Pierre de Blois diz que o rei possui o poder de cura porque é o ungido do senhor. A unção-sagração eleva o rei a um novo estado; a uma nova condição. A unção transfere um objeto ou pessoa da categoria do profano para a categoria do sagrado. Sendo assim, o senso comum tomará o entendimento de que a santidade real só a é a partir da unção. Não há verdadeiro rei sem a sagração. Toda esta santidade tem íntima ligação com o divino. Entende-se que o rei é apenas um instru-

mento de Deus. Quem faz o milagre é Deus, o rei é apenas um intermediário. Buscando encerrar este assunto determinado, assim, em um dado momento, o senso comum passa a entender que as características miraculosas do rei tratavam-se de uma complementariedade entre a unção sagrada e as prerrogativas de estirpe, ou seja, a hereditariedade. Contudo, cabe um contra ponto citando Yves-Marie Bercé, em “O Rei Oculto”:

“Sabe-se que os reis da França começavam no dia seguinte à sagração, a tocar os escrofulosos e frequentemente a curá-los. Esse poder não lhes era dado pela sagração, mas revelado por ela: nesse sentido, um impostor que tivesse usurpado a coroa e tivesse conseguido fazer-se sagrar não teria adquirido por isso tal capacidade. O dom de cura tornava-se portanto um modo de provar a validade dos príncipes das flores-de-lis<sup>83</sup>”.

A partir daqui, já podemos começar a tratar das questões políticas propriamente ditas. Será desta crença e fé na origem sobrenatural dos reis que decorrerá um sentimento de lealdade. Sabendo disto, os reis usaram seus recursos para a manipulação popular. A lealdade será fator de desencadeamento de disputas entre os monarcas, e aqui refere-se estritamente aos reis franceses e ingleses (disputa entre capetíngios e plantagenetas). O rei com maior credibilidade de cura acaba por atrair a lealdade e fidelidade de um número maior de súditos. Neste exemplo encaixa-se o rito da cura das escrófulas: aquele rei que possui maior credibilidade neste processo de cura, acaba por desenvolver seu poder político e reafirma sua legitimidade enquanto rei – especializa-se na cura das escrófulas pois a ineficiência com outras doenças poderia fragilizar o poder real. O rei detentor de verdadeiros poderes miraculosos reafirma o seu direito de estar na posição em que está. Este é um legítimo rei. Além do que, a questão da taumaturgia real continha em si também a ideia de diferenciação de tal rei. O rei que a praticasse distinguia-se dos reis comuns, este vindo a ser um fator de prestígio particular dos reis franceses e ingleses.

Para que “exista” o poder miraculoso dos reis é necessário que os súditos acreditem nisso, a santidade real é uma construção contida na mentalidade de seus súditos, sendo assim, o rei faz com que estes súditos acreditem nesta tal santidade,

<sup>83</sup> BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 130.

destarte, reafirmando e legitimando sua posição. “Para que uma instituição destinada a atender a fins precisos indicados por uma vontade individual possa impor-se a todo um povo, é necessário ainda que ela seja sustentada pelas tendências profundas da consciência coletiva<sup>84</sup>”. O processo de cura, ou melhor, a taumaturgia, é um movimento recíproco, duplo e complementar: ao mesmo tempo que ele proporciona prestígio, o prestígio legitima a ação miraculosa. Depois que o rei consegue construir o prestígio oriundo deste processo de cura, a partir de então, este prestígio passa a oferecer o milagre. Um rei sem prestígio não é procurado por enfermos para serem curados. Um rei sem prestígio não faz milagres. Um rei sem prestígio trepida no trono.

### **3.2 A construção da temporalidade medieval e as etapas de ressignificação**

A partir deste resumo simples, podemos analisar a tese de Bloch livro a livro. No primeiro livro, intitulado “As origens” Bloch primeiramente aponta o que se denominavam *escrófulas*, que é a adenite tuberculosa, as inflamações nos gânglios linfáticos provocadas pelos bacilos que causam a tuberculose<sup>85</sup>. Esta era uma doença não fatal e que costumava causar deformações faciais. Bloch então inicia seu livro com três questões principais: Quando começam os monarcas a exercer o suposto poder miraculoso? Como eles começaram a reivindicá-lo? E como os súditos e os povos estrangeiros reconheceram esse poder?<sup>86</sup>

O rito francês, segundo Bloch<sup>87</sup>, tem indícios de ter se iniciado no século XI, durante o reinado de Felipe I (1060-1108). O historiador encontra neste período o texto de Guilbert citando Felipe I e seu filho Luís VI como possuindo dons de curar as *escrófulas*<sup>88</sup>. Aqui, podemos já observar que ele insere uma noção de temporalidade estendida, onde um acontecimento aos poucos se modifica para se configurar em uma crença com o passar do tempo. A exemplo disso podemos observar

---

<sup>84</sup> Ibid., p. 87.

<sup>85</sup> Ibid., p. 51.

<sup>86</sup> Ibid., p. 52.

<sup>87</sup> Ibid., p. 319.

<sup>88</sup> Ibid., p. 53.

quando ele fala que Roberto II foi o primeiro dos reis taumaturgos. Mas que ele não tinha apenas o poder de curar as escrófulas. Roberto II “curava todas as enfermidades”<sup>89</sup>. Ele teria sido o início de toda uma hereditariedade de reis curadores. Por ser considerado santo, e pelos santos sempre passarem por médicos junto ao povo, pouco a pouco, geralmente em virtudes de associações, os seguidores desses santos admitem a eles um poder específico de cura. Segundo Bloch: “O tempo faz sua obra, ao fim de certo número de anos, a crença nesse poder bem determinado tornou-se no nobre mundo dos sofredores um verdadeiro artigo de fé”<sup>90</sup>.

O exemplo mais claro que ele dá sobre como a análise de longa duração pode ajudar a compreender melhor as mudanças históricas, as políticas, as mentalidades e as crenças do passado, é a história de S. Marcoul. Este, que durante séculos não foi mais que um santo igual a todos os outros, que curava toda espécie de doenças e que posteriormente ficou ligado a cura das escrófulas por uma possível relação entre o seu nome e o local da doença. *Pescoço*, que em francês se denomina *coul* e *mar* que era o mal, assim, Marcoul seria aquele que cura o mal das escrófulas<sup>91</sup>. Para Bloch, assim, como a história de S. Marcoul, a história dos reis taumaturgos pode ser demonstrada com um espaçamento grande de anos. Primeiro os monarcas começaram a curar todos os tipos de doenças e com o passar do tempo, passam a curar uma doença específica. Diferentemente de uma produção historiográfica que compreende o tempo e as mudanças históricas como revoluções abruptas, Bloch abarca uma análise das etapas da crença, onde a fé no poder régio se desenvolve em longos períodos de tempo e constantemente se renova até que deixa de se renovar e começa a perecer<sup>92</sup>.

Produzindo uma história comparada, ao longo de todo o livro, Bloch analisa o rito francês e o rito inglês, em suas peculiaridades e disputas políticas. No caso do rito francês, foi Roberto II que começara as curas. No caso inglês, Eduardo, o Confessor, inicia as curas reais<sup>93</sup>. Em ambos, as crenças possuem origem seme-

---

<sup>89</sup> Ibid., P.59.

<sup>90</sup> Idem.

<sup>91</sup> Ibid., p. 60.

<sup>92</sup> Koyré, a partir de 1922 lançara artigos onde defendia que as Revoluções Científicas não se davam abruptamente. Cf. KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do Pensamento Científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

<sup>93</sup> Ibid., p. 62.

lhante e se desenvolvem a partir de uma fé na transferência de tal poder pela hereditariedade e na ativação desse poder com a unção sagrada. Eram taumaturgos apenas enquanto reis e depois de mortos, seus herdeiros visam manter a hereditariedade do poder régio de cura<sup>94</sup>.

No decorrer do livro, o leitor consegue observar algumas construções realizadas pelo autor e algumas aproximações. Duas mais visíveis são: a criação de uma análise estrutural de longa duração (cronológica, uma vez que Bloch expande sua obra aproximadamente entre os séculos IX e XIX e mantém uma linearidade narrativa); e a criação de uma observação documental focada na estrutura social e mental. Para além disso, há uma busca pela aproximação com métodos considerados científicos, onde uma análise parte de um fenômeno pequeno e o insere numa lei, ou observação geral<sup>95</sup>. Bloch analisa diversos casos e documentos e os insere numa estrutura e em suas modificações, a fim de demonstrar a continuação, a pequena mudança e as revoluções em uma mentalidade e no comportamento social. Partindo principalmente de uma pergunta que os historiadores se fazem atualmente em seus trabalhos, ele questiona justamente “por que o rito curador das escrófulas surgiu naquele momento naquele lugar?”<sup>96</sup> e, ao fim do livro também traz uma justificativa para o porquê do rito ter deixado de ser crível.

Ele nos informa que os monarcas da França e da Inglaterra puderam se tornar taumaturgos milagrosos porque eles já eram considerados uma realeza sagrada. Assim como diversos povos chamados de “primitivos”, a realeza Germânica advinha de uma linhagem sagrada e “impregnada de caráter religioso”<sup>97</sup>. Era um momento e lugar no qual a legitimidade individual era fraca, mas a dinastia possuía grande influência. Neste caso, há uma significativa diferença, enquanto as realezas sagradas dos povos ditos primitivos possuíam poder sobre os astros, ou poderes cósmicos, a Igreja impedia a esses monarcas que realizassem milagres relacionados aos astros ou cosmos<sup>98</sup>. Nesse sentido, Bloch afirma que isso pode ter favorecido o surgimento do poder do toque real, ainda que sob as observações e disputas políticas com a Igreja. A disputa pelo poder político se mesclava com a disputa pelo poder

---

<sup>94</sup> Ibid., p. 67.

<sup>95</sup> Ibid., p. 68.

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> Ibid., p. 70.

<sup>98</sup> Ibid., p. 73.

milagroso. Para a igreja, o rei não dependia apenas da sacralidade de sua dinastia, mas só poderia ser rei verdadeiramente mediante uma unção<sup>99</sup>. Embora essa dependência tenha criado uma questão posterior, no momento o que se deu foi a confirmação, nos espíritos das massas, a noção do caráter sagrado das dinastias reais<sup>100</sup>. A sacralidade das monarquias, que já possuíam certos ares de divindade no passado, foram definitivamente marcadas pelo “sinal divino<sup>101</sup>”. E isso se perpetua e estende para além da França capetíngia e da Inglaterra normanda.

É interessante ressaltar que Bloch jamais deixa de citar, entre termos como “sentimentos”, “espíritos dos homens”, “mentalidade”, que o momento da cura das escrófulas pelo toque curador do reis aconteceram e se mantiveram porque os homens daquele período e lugar estavam “preparados” para crer ou admitir semelhantes praticas. Primeiro, porque os reis possuíam um caráter sagrado para eles e depois, porque a fonte da qual esse poder emanava era a respeitável e sagrada, a unção régia<sup>102</sup>. Nesses casos, a análise blochiana leva em conta que houve um intenso passado de crenças nos milagres e nas dinastias sagradas e que houve uma espécie de transferência de crença para os reis taumaturgos. De modo que ele se utiliza de exemplos individuais para comprovação de uma estrutura da mentalidade. Uma mentalidade coletiva que foi construída por um longo período de tempo<sup>103</sup>.

Ao mesmo tempo, há a comprovação de que pequenas mudanças ocorrem dentro da estrutura e a modificam aparentemente lentamente e em etapas. Pois a fé no rito do toque, por exemplo, era diferente na Germânia primitiva e do que se consolidou na França e Inglaterra da Idade Média. A cura das escrófulas sempre foi considerada como algo restrito aos reis e não era estendido a toda linhagem real. O chefe mais velho do ramo, o herdeiro da coroa, depois de sua unção, era o único a ter o poder para realização de milagres<sup>104</sup>.

---

<sup>99</sup> Ibid., p. 78.

<sup>100</sup> Ibid., p. 79 et seq.

<sup>101</sup> Ibid., p. 80.

<sup>102</sup> Ibid., p. 82.

<sup>103</sup> Ibid., p. 83.

<sup>104</sup> Ibid., p. 87.

### 3.2.1 A primeira parte e a ressignificação do passado pagão

Estando os monarcas cientes de seu poder curador e realizando os toques, a pergunta que Bloch se faz é: quem acreditava neles? E por que? A primeira parte do livro leva em conta como a prática surgiu nesses dois países e no segundo livro, Bloch analisa como essa manifestação de fé se deu durante a Idade Média até sua crise que abalou tantas ideias, inclusive a crença no poder régio de cura e no próprio direito monárquico<sup>105</sup>. No início do segundo livro Bloch analisa os documentos de oficiais de Eduardo II e observa que as anotações demonstram que a Eduardo II, ao se tornar impopular, não se pediam mais curas. E ao seu sobrinho, Tomás de Lancaster, foram atribuídos poderes de cura na medida em que a popularidade do rei decaía<sup>106</sup>. Bloch analisa os documentos, de aproximadamente 1300 que demonstram que a instauração do rei veio em conjunto com a crença popular de que ele era capaz de realizar a cura. Como já dito, se era rei, curava. Com isso, ao negar a virtude taumátúrgica do rei, negava-se o direito político que este tinha de governar<sup>107</sup>. Nos séculos XIV e XV as monarquias francesa e inglesa enfrentaram seu momento de crise no qual, na Inglaterra, as revoluções dinásticas e a guerra civil abalaram a estrutura social. Para demonstrar que determinada dinastia não tinha direito de soberania, os partidários da casa Lancaster negavam aos York o poder régio da cura pelo toque, e vice-versa.

Talvez não tão curiosamente assim, Bloch relata que a transformação da esmola dada aos escrofulosos produziu-se durante um período de crise no qual havia uma disputa pelo poder do toque e o aumento da procura dos doentes por um determinado rei, poderia aumentar ainda mais o seu prestígio na disputa política pelo governo. Os pretendentes atraíram para si o máximo possível de escrofulosos, e fizeram isso com moedas de ouro. A comprovação de que nesse período a procura pela cura régia na Inglaterra se deu pela oferta de moedas de grande valor é a história comparada que Marc Bloch realiza a todo momento entre a Inglaterra e a França. Na França, onde não ocorriam disputas do gênero, a esmola entregue aos beneficiários do toque continuou muito baixa. No entanto, o poder monárquico e o

---

<sup>105</sup> Ibid., p. 91.

<sup>106</sup> Ibid., p. 99.

<sup>107</sup> Ibid., p. 104 et seq.

toque das escrófulas não deixou de crescer em importância e em prestígio desde sua introdução nesses lugares.

E as disputas entre soberanos e igreja também não deixaram de existir<sup>108</sup>. Imperadores e reis se utilizavam dos santos óleos para tentar subjugar o clero. Nessa disputa, a igreja ter atacado o rito não tinha relação com uma laicidade do estado, até porque isso sequer era cogitado naquele período. As reformas de Gregório VII queriam tirar dos reis o caráter sagrado de sua dinastia, para que estes fossem humanos comuns cujo império e domínio se limitavam as coisas deste mundo. Neste aspecto, Marc Bloch faz uma crítica aos historiadores do período:

“Os historiadores frequentemente consideraram esse movimento uma tentativa de submeter o secular ao espiritual; interpretação correta em linhas gerais, mas incompleta. No terreno político, foi antes de mais nada um vigoroso esforço para destruir a antiga confusão entre o secular e o espiritual”<sup>109</sup>.

O papa Gregório VII “negava terminantemente aos soberanos temporais, mesmo aos mais pios, o dom do milagre”. E Bloch utiliza uma carta enviada por Gregório VII em 1081 para exemplificar a raiva que ele sentia pela realeza, chegando a humilhar a “realeza ao sacerdócio e coloca-a tão baixo que quase chega a apresenta-la como instituição diabólica”<sup>110</sup>. Já os conciliadores da disputa, acreditavam que nenhum homem era capaz de realizar nenhum milagre e que eles dependiam de Deus e que Deus fazia uso desses homens para realizar suas vontades<sup>111</sup>. Na prática, isso fazia a população reconhecer o caráter sagrado da dinastia real. E sempre que havia uma disputa política que pudesse abalar os pilares da monarquia, o toque régio era trazido como elemento de comprovação da dinastia sagrada.

Vemos se repetir até o fim da Idade Média em constante retomada de valorização dos milagres dos reis<sup>112</sup>. Isso porque, diferente das outras monarquias, que tentaram implantar o rito em seus países mas não foram bem sucedidos, a Inglaterra e a França possuíam uma força da tradição que outros não tinham. “O rito francês

<sup>108</sup> Ibid., p. 110.

<sup>109</sup> Ibid., p. 111.

<sup>110</sup> Idem.

<sup>111</sup> Ibid., p. 112.

<sup>112</sup> Ibid., p. 118.



e o inglês tinham a seu favor a maior força desse tempo: a tradição”<sup>113</sup>. E a relação com esse passado era tão intensa que ninguém ousaria negar esse milagre comprovado há gerações. Tanto que estes possuíam folego para criar sobre velhas tradições, novos ritos, como o rito dos anéis ingleses<sup>114</sup>.

A relação proposta com o passado que Bloch faz aos historiadores leva em conta que o passado não é o presente, nem o presente é mera continuação do passado. A história descrita por ele, porém, mostra que a relação do passado medieval com seu passado pagão, era uma relação de retomada e, aparentemente na visão de Bloch, uma relação processual de ressignificação. E isto fica mais evidente a medida que Bloch descreve os ritos tomados pelos reis medievais e a aceitação social destes. No caso dos anéis ingleses por exemplo, desde a origem do rito, os reis demonstram acreditar que estavam imitando um predecessor piedoso. Inclusive contando historietas para justificar o costume, como a de que ao ser abordado por um mendigo o rei Eduardo quis lhe dar uma moeda mas como não tinha, deu-lhe seu anel. E o mendicante era o próprio S. João Evangelista. Que toma o anel, leva-o ao paraíso e depois o faz retornar as mãos do rei para que este use para curar os enfermos<sup>115</sup>. Apesar do conto cristão, a verdadeira origem do rito é pagã e acontece porque o rito dos anéis tem uma origem mágica que foi ressignificada durante a Idade Média<sup>116</sup>. Os anéis na antiguidade estiveram sob rito de magia medicinal e a própria Joana d’Arc precisou provar que seus anéis não tinham ligações com crenças pagãs. Assim, os anéis consagrados pelos reis não eram mais do que uma variação dos anéis medicinais pagãos.

Ao analisar, no livro segundo, o que Bloch chama de “Problema da unção” ele se pergunta de onde vinham os supostos poderes sagrados dos reis. A Idade Média, teoricamente lutava com afinco contra o paganismo e todas as crenças que advinham do paganismo. Na prática, porém, essa relação com o passado pagão se dava de outra forma. Conforme Bloch mesmo diz: a consciência medieval desconhecia as velhas coisas das quais derivava<sup>117</sup>. A explicação para a força que possuía

---

<sup>113</sup> Ibid., p. 130.

<sup>114</sup> Ibid., p. 133.

<sup>115</sup> Ibid., p. 134.

<sup>116</sup> Ibid., p.135.

<sup>117</sup> Ibid., p. 165.

o rito do toque estava no fato de que suas raízes estavam fincadas no passado histórico longínquo, do qual eles não eram exatamente conscientes. Neste sentido, o rito da unção acontece e renova a crença na dinastia sagrada. Para Bloch, essa forma de retomada do passado pelos medievais, era a explicação da força que esse rito admite por tanto tempo.

Inseridos nas disputas políticas entre reis e igreja, as flutuações acerca da necessidade da unção são demonstradas por Bloch a partir de uma disputa pela legitimidade da hereditariedade. Isto, a partir do século XIII passa a ser comum em praticamente todos os países a unção sagrada apenas com a morte do rei anterior. Funcionando quase que a máxima “rei morto, rei posto”. Ao abrir mão, porém do poder da unção como legitimação da monarquia eles acreditavam passar às próprias mãos a faculdade de explorar esse rito da unção<sup>118</sup>. Neste ponto, podemos ver maneira pela qual Bloch enxerga a retomada do passado por essa sociedade. A construção da narrativa parece partir da ideia de que os ritos de unção possuem uma ideia de processo. De maneira que os lealistas não aceitavam mais que a unção tivesse “nem em matéria de milagre nem em matéria de política um poder criativo”<sup>119</sup>. O rei já era dotado de caráter sobre-humano devido sua ascendência divina e, à igreja, limitava-se sancionar tal poder. Como nos afirma Bloch: “Afinal de contas era verdade histórica: o conceito da realeza santa já vivia nas consciências antes de ser reconhecido pela Igreja”. Bloch demonstra que os medievais buscavam no passado a legitimidade para seu poderio político. Para o povo, para se fazer um rei era necessárias duas coisas: a unção sagrada e linhagem sagrada. “Herdeiros tanto das tradições do cristianismo quanto das velhas ideias pagãs, os povos da Idade Média uniam numa mesma veneração os ritos religiosos da elevação ao trono e as prerrogativas da estirpe”<sup>120</sup>.

Diversos exemplos são possíveis de explicar como a mentalidade do período analisado levou os povos a terem determinadas crenças em milagres. Por exemplo, uma vez que o “óleo divino” de Reims foi se tornando o único possível para a consagração dos soberanos, diversas historietas surgiram de maneira a comprovar a relação direta entre as origens da realeza e as forças divinas<sup>121</sup>. A partir do século

<sup>118</sup> Ibid., p. 166.

<sup>119</sup> Ibid., p. 168.

<sup>120</sup> Ibid., p.169.

<sup>121</sup> Ibid., p. 170 et seq.

XIII, contava-se que o nível do frasco que guardava o tal óleo divino não mudava, muito embora várias consagrações se passassem. Pouco depois, o povo passa a crer que depois da sagração a garrafa se esvaziava completamente e voltava a encher sozinha antes da sagração seguinte. Havia ainda aqueles que acreditavam que o líquido oscilava infinitamente de acordo com a saúde, boa ou ruim, do príncipe<sup>122</sup>. Evidentemente, a igreja, em sua história oficial não contava esses pequenos milagres, mas a existência da crença popular é a demonstração da vivência de uma crença do passado pagão da região<sup>123</sup>.

Há ainda duas crenças que Bloch se dedica a analisar e que demonstraremos aqui, embora com menos detalhes e mais pressa. Durante a Idade Média acreditava-se que os reis possuam no corpo um sinal de sua divindade. Isso poderia vir em forma de cruz no peito ou no ombro<sup>124</sup>. A ideia de que um sinal hereditário divino acontecia nas dinastias não era nem nova, nem única. Desde a Antiguidade Clássica essa crença já era popular. Durante a Idade Média a crença se espalhou tanto dentro, quanto fora da França, isso não importando de onde ela tinha surgido<sup>125</sup>. Qual era, porém, a importância histórica disso e a especificidade deste sinal em particular?<sup>126</sup>

A Igreja tentou a resignificação da crença no sinal corporal a partir da frase bíblica que diz: “O império estava sobre seus ombros”<sup>127</sup>. Independente da justificativa cristã que buscava a Igreja, a crença nesses aspectos miraculosos são explicados por Bloch pelo fato de que a mentalidade supersticiosa do público fazia valer a crença. Nem a crença de um sinal na pele, nem a crença de que um rei jamais seria comido por leões – ainda que famintos – poderiam se fixar em uma sociedade como a que Bloch vivia ou a que vivemos hoje. Ainda que a crença de alguns não fosse tão literal, é inegável que o público estava habituado a considerar os reis seres miraculosos<sup>128</sup>. Mais do que isso, a crença na realeza divina apenas cresce durante a Idade Média. Apesar de tomar novos contornos.

Bloch ressalta sobremaneira a forma como a mentalidade pré-existente geralmente limita as possibilidades de crença ou até mesmo as direciona. No caso da

---

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Ibid., p. 172.

<sup>124</sup> Ibid., p. 180, 181.

<sup>125</sup> Ibid., p. 182, 183.

<sup>126</sup> Ibid., p.184.

<sup>127</sup> Idem.

<sup>128</sup> Ibid., p. 187.

relação entre os reis taumaturgos e o S. Marcoul as mentalidades estavam inclinadas a crer que ambas as formas de cura se relacionavam. Mais do que isso, ele o diz: “As imaginações procuraram uma ligação; porque a procuraram, encontraram-na”. Aparentemente, houve uma tendência geral de contaminação das crenças. As primeiras peregrinações régias e a continuidade delas, fez com que as massas acreditassem que os reis viajavam para agradecer o poder intercedido pelo santo<sup>129</sup>. Os arcebispos de Reims não perderiam, é claro, tal oportunidade de manter um certo poder sobre a unção real, de modo que possivelmente estimularam a crença na interseção do santo nas curas reais. Tal era a crença, que os escrofulosos não se satisfaziam em ir apenas ao rei francês. Eles acreditavam que a cura completa viria apenas se fizessem uma peregrinação ao santo. Os reis com poder de cura de escrófulas e depois um santo com o mesmo poder? Só poderiam estar relacionados<sup>130</sup>.

Havia ainda outro grupo, além do santo para disputar a crença no poder de cura das escrófulas: os sétimos filhos<sup>131</sup>. A crença da cura pelo santo vem da crença em virtudes miraculosas e da interseção dos santos. A crença da cura pelos reis vem do princípio de que a realeza é sagrada. A crença da cura pelos sétimos filhos vem também de um costume pagão antigo, as especulações sobre os números. Observamos nesses dois últimos casos o resgate, ou manutenção, de crenças e costumes do passado. Em diversos momentos da leitura do texto, observamos que determinados eventos aconteciam e, de acordo com a repetição durante curtos ou longos períodos, uma crença se instaura. De maneira que a estrutura de crenças se mantém e o costume específico pode ter início rápido e rápida adesão ou pode ter início longo e longa adesão dentro de uma estrutura mental específica.

Tanto no rito francês quanto no inglês, era costume dar uma moeda ao escrofuloso tocado pela régia mão. No caso das realezas inglesas, uma moeda de valor muito mais alto. Os reis mantinham um alto valor primeiro para atrair os doentes, porém, o costume tornou-se comum e tomou outro significado. Ela mesma chegou a ser cunhada levando em conta que seria entregue pelo rei ao doente<sup>132</sup>. Com o costume, as moedas deixaram de ser apenas um meio de troca econômica e passaram a ser consideradas a uma medalha, destinada especialmente ao toque. Assim,

<sup>129</sup> Ibid., p. 199.

<sup>130</sup> Ibid., p. 205.

<sup>131</sup> Ibid., p. 208.

<sup>132</sup> Ibid., p. 210.

novamente, uma crença já existente passa a ser ressignificada num outro costume. O povo – a partir do século XVI – deixa de ver a moeda como parte do rito para considerar ela própria, como possuindo poderes medicinais<sup>133</sup>. O costume das moedas perdurou até o século XIX, possivelmente não foi só pelo seu valor monetário, mas também pelo significado que elas mesmas adquiriram<sup>134</sup>. A demonstração de Bloch evidencia que uma longa tradição não só constantemente se renova a partir de uma mentalidade que se mantém, como também tem poder suficiente para trazer à existência novas crenças relacionadas a esta: “Mas, aproximadamente na segunda metade do século XVI, essa fé sofreria as consequências da grande perturbação que, em todo o mundo ocidental abalava tantas instituições políticas e religiosas”<sup>135</sup>.

A chegada e a força da Reforma, fez com que a Rainha Elizabete tivesse que escolher qual satisfação daria ela aos seus oponentes políticos. Excomungada pela Igreja Católica e herética, os católicos se negavam a acreditar na força de seus milagres, por outro lado, os protestantes puritanos consideravam a prática do milagre régio como superstição. De modo que ela “matou”<sup>136</sup> o rito do anel e conseguiu salvar o toque das escrófulas. A escolha por um e não por outro deu-se politicamente, a rainha escolheu manter o rito que colocava o soberano na presença de uma multidão sofredora mantendo esse prestígio da monarquia. Segundo o próprio Bloch: “O surgimento desses defensores era um sinal dos tempos”. O momento histórico não acabava com a crença no poder taumatúrgico dos reis, mas o abalava na Inglaterra. De modo que a fé não era mais unanime, ela precisava de defensores e diversos deles escreveram tratados sobre o toque das escrófulas. A força da crença é visível pouco menos de um século depois. Com Jaime I e sua educação calvinista. Ele, de início, pediu para se eximir da cerimônia do toque, mas isso não aconteceu por seguir o que disseram seus conselheiros<sup>137</sup>. Em seu primeiro toque, Jaime I faz um discurso dizendo basicamente que não aprova o toque, mas o faz para manter o costume, ainda que não faça o sinal da cruz sobre os doentes depois do toque, com alterações ao longo do tempo, a crença no dom sobrenatural dos reis se mantém e

<sup>133</sup> Ibid., p. 219, 220.

<sup>134</sup> Ibid., p. 221.

<sup>135</sup> Ibid., P.223.

<sup>136</sup> Ibid., p. 227.

<sup>137</sup> Ibid., P.228.

forma, em conjunto com outras características, um dos artigos dessa fé monárquica. Na França desemboca no absolutismo e na Inglaterra começa a morrer pouco a pouco, com respiros profundos<sup>138</sup>.

Ao analisar a obra de autores que tratam da monarquia francesa nos tempos anteriores ao dele, Bloch deixa claro aquilo que vai se tornar característica inquestionável da nova história, a compreensão de que o historiador produz a história de acordo com o que vive em seu tempo, com o que vive no presente. E da importância que é para a análise histórica a consciência de seu próprio tempo e do passado:

“A obra desses doutores, como a de todos os teólogos, consistiu sobretudo em revestir com uma forma intelectual os sentimentos mais poderosos difundidos perto deles e de que eles mesmos, mais ou menos inconscientemente, estavam impregnados”<sup>139</sup>.

O abalo da crença no caráter divino da realeza foi parte fundamental para o desaparecimento definitivo do toque. Em conjunto com as revoluções políticas, o fim da crença, trouxe, primeiro na Inglaterra e depois na França, o fim do rito do toque<sup>140</sup>. A decadência do milagre régio está ligada aos esforços do período de retirar tudo que é sobrenatural da explicação do mundo e, em paralelamente de conferir às instituições políticas uma faceta unicamente racional e, de preferência, científica. Essa foi, desde o início da Renascença, sobretudo no século XVIII, a concepção que ganhou terreno e saiu vitoriosa na disputa<sup>141</sup>. De acordo com Bloch as rivalidades entre as monarquias e as disputas políticas fomentaram terreno para o fim da crença no poder régio<sup>142</sup>. Os franceses negavam os poderes de cura dos ingleses e vice-versa, porém era uma faca de dois gumes já que ambos se utilizavam dos mesmos argumentos para justificar a sua falta de fé. Em 1755, Jaucout em *Encyclopedie*, ainda que não tenha sido tão ousado e negar de frente o privilégio reivindicado pela dinastia francesa e ter concentrado toda sua crítica e ironia na dinastia inglesa, era simples fazer leitura de sua obra e aplicar aos franceses tudo aquilo

<sup>138</sup> Ibid., P.231.

<sup>139</sup> Ibid., p. 232.

<sup>140</sup> Ibid., p. 250.

<sup>141</sup> Ibid., p. 251.

<sup>142</sup> Ibid., p. 253.

que este afirmava sobre os ingleses. Os golpes dados por Jaucout golpearam ambas as monarquias:

“Mas essa astúcia de enciclopedista represente o que deve ter sido em muitos espíritos uma atitude intelectual sincera: começou-se duvidando do milagre estrangeiro, o qual a ortodoxia religiosa proibia admitir: pouco a pouco, a dúvida estendeu-se ao milagre nacional”<sup>143</sup>.

O período histórico e a mentalidade que menos de um século antes não permitiu que Jaime I se abstinêsse do rito do toque, menos de um século depois, não se espantou com a recusa de Guilherme de Orange em 1688. A última vez que o rito do toque foi realizado foi em 1714, pouco mais de três meses antes da morte de Sua Majestade. Depois desse episódio, nunca mais um monarca realizou na Inglaterra o rito ou pendurou moedas nos pescoços dos escrofulosos<sup>144</sup>. Isso demonstra a mudança na mentalidade da época e como a relação dos homens com seu passado começa a mudar. Essas negações, que antes não seriam toleradas por não estarem de acordo com os dogmas da igreja, passaram a ser aceitas e muitas vezes buscadas, principalmente pelos intelectuais que queriam a racionalização das instituições políticas. Já no início do século XIX morre Henrique IX e com ele morrem a dinastia Stuart e a prática do milagre régio.

Na França, Luís XV foi o primeiro rei a começar a parar de realizar o rito. Diferentemente de Jaime I, não foi por falta de vontade, mas por impedimento devido sua “vida devassa”. Por três vezes o rei Luís XV não tocou e deixar de cumprir um dever régio que tanto aproximava o rei do povo, arriscava desabituar as massas de recorrer a ele<sup>145</sup>. Mais do que isso, certos deboches a cura das escrófulas pelo toque real já aconteciam no tempo de Luís XIV. Sanit-Simon disse que uma amante do rei havia sido tocada por ele de várias maneiras e ainda assim morrido com as escrófulas. No caso desta mulher, isso não passava de mexerico, pois ela nem era amante do rei e nem morreu de escrófulas. Mas a existência do relato demonstra o rito perdendo sua força e que uma nova mentalidade estava surgindo e substituindo a antiga. A partir desses dois relatos de decadência de um costume, observamos que

---

<sup>143</sup> Ibid., p. 254.

<sup>144</sup> Ibid., p. 257.

<sup>145</sup> Ibid., p. 255.

a sociedade moderna não conseguia mais, sequer voltando ao passado, uma justificativa para manter, criar ou desenvolver um costume a partir de outro. E ao longo de séculos, pequenas modificações são realizadas nos dois ritos, mantendo-os vivos. Mas no final da Idade Média há um contraste muito grande entre o começo e o fim do século XVIII. Parece que a morte do rito é acelerada e acontece rapidamente, quando em comparação com a manutenção deste. Uma das comprovações disso é que enquanto no início do século sequer se aceitavam comprovações de cura – isso não por desconfiarem dele, mas por confiarem demais –, no final, em 1777, não só se aceitavam como incentivavam a escrita de cartas para comprovações do milagre régio. Sabendo o que acontece na França em 1789, podemos afirmar que o milagre régio morre junto com a crença na monarquia<sup>146</sup>.

Pouco tempo depois, com a restauração da monarquia na França que coloca Carlos X como rei, alguns escritores mais animados tentam reviver a cura régia. Sabemos muito bem que sem nenhum sucesso, o momento histórico já não permitia uma fé antiquada no poder divino de uma linhagem. Bloch nos informa que alguns entusiastas da Idade Média queriam trazer de volta de acordo com suas vontades, determinadas crenças e costumes. Evidentemente, se há uma mudança de mentalidade, já não é possível trazer de volta crenças que foram desgastadas e relegadas ao lugar de superstição dentro de uma mentalidade anterior<sup>147</sup>. Basicamente, tirando alguns poucos entusiastas, os partidos acharam que não cabia mais a ressurreição de um rito arcaico que um século antes já havia sido deixado de lado e até mesmo ridicularizado. Como o próprio Bloch diz:

“Muitos de nossos contemporâneos não acreditam em nenhuma manifestação miraculosa; para eles, a questão do milagre está completamente resolvida. Outros não rejeitam o milagre, mas não pensam que o poder político ou mesmo uma filiação régia possam conferir graças sobrenaturais. Nesse sentido, Gregório VII triunfou”.

---

<sup>146</sup> Ibid., p. 261.

<sup>147</sup> Ibid., p. 262.



### 3.2.2 Por que acreditaram?

No último livro e conclusão do assunto, a partir do conhecimento científico que Bloch possuía no seu presente e sendo ateu, ele se questiona por que a fé na cura se sustentou se não havia nenhuma comprovação empírica? Mais do que isso, ele deixa claro que a relação do historiador com o passado deveria se modificar. Ele não deveria mais apenas “trazer o passado” com seus documentos e análises. O historiador precisa buscar nos vestígios do passado uma explicação razoável e de acordo com seu momento histórico, que substituísse a interpretação anterior. Por mais complicado que ele reconheça ser esse trabalho, é algo do qual o historiador jamais deve se abster:

“Ora, evidentemente não basta rejeitar sem mais nem menos a interpretação antiga, que recusa a razão; é preciso procurar substituí-la por uma nova interpretação que a razão possa aceitar – tarefa delicada, à qual, no entanto, seria uma espécie de covardia intelectual querer esquivar-se. Tanto mais porque a importância do problema não se limita à história das ideias monarquistas. Estamos na presença de um tipo de experiência crucial, que diz respeito a toda psicologia do milagre”<sup>148</sup>.

Podemos compreender esta afirmação de Bloch como essa análise do vestígio do passado, análise da mentalidade do passado, seja extremamente necessária ao ofício do historiador do século XX. E, ousar dizer, dos historiadores do século XX em diante. Principalmente em 2019 quando ainda pode ser observados traços de mentalidades e comportamentos que parecem não pertencer a realidade atual.

De toda forma, Bloch provoca seus contemporâneos afirmando que “não é de agora” a necessidade de explicar as curas régias a partir de uma argumentação fundamentada na razão que se impôs àqueles espíritos. Dito de outra forma, podemos entender que ele observou a necessidade do historiador de explicar, ainda que evitando anacronismos, a mentalidade do passado. O historiador de um presente racional e cientificizado como de Bloch precisa compreender, e mais do que isso, precisa explicar ao seu leitor e fazer com que os historiadores passem a pensar o tempo da história assim, o que faz com que os espíritos da Idade Média acreditassem em curas sobrenaturais<sup>149</sup>. Uma das explicações para tal crença absurda aos

<sup>148</sup> Ibid., p. 267.

<sup>149</sup> Ibid., P.268.

olhos do século XX, era a inexistência da mentalidade cética. E quando ela começa a surgir, surgem também as desconfianças com relação ao milagre real<sup>150</sup>. Os escritores começam a negar uma parte dos milagres, mas ainda não dispõem da possibilidade de negá-lo totalmente. Uma vez que toda a opinião pública afirmava categoricamente que as curas eram reais, de quais argumentos poderiam dispor os céticos? Para tal, precisavam de um conhecimento sério dos resultados obtidos, os quais infelizmente eles não dispunham.

Como negar toda uma mentalidade de crença? De certo, era mais fácil designar a cura régia como ato de demônios do que negá-la. Os filósofos renascentistas são os que, e Bloch dá os créditos devidos, dão o primeiro passo no fim da crença. Eles deram o pequeno primeiro passo que levou os homens a analisar os acontecimentos de acordo com as leis da natureza. Bloch cita<sup>151</sup> dois autores Beckett e Douglas onde, segundo eles, as curas seriam efeito da imaginação. Não da imaginação da ordem do pensamento, da irre realidade. Mas acreditavam numa espécie de efeito placebo, onde as solenidades da cerimônia pudessem causar um estado de nervos que levasse a recuperação da saúde. Bloch chama isso de psicoterapia<sup>152</sup>. Independente do nome que se quisesse dar, a verdade é que os príncipes não curavam. Isto nem por poder divino, nem por apoio de santos e nem por psicoterapia<sup>153</sup>. E, dado que não curavam, a maior questão é: como se pôde acreditar no poder taumatúrgico?<sup>154</sup> A questão fica ainda mais capciosa quando Bloch nos informa que os doentes mesmos se faziam tocar várias vezes, uma prova clara de que a primeira tentativa não obteve sucesso. Inclusive, crenças surgiram de que o milagre régio só acontecia de fato se os escrofulosos fossem tocados mais de uma vez, ou se fossem tocados pelos reis e fizessem uma pregação aos santos. Para os próprios medievais, não existia dúvida de que nem sempre os reis curavam, ainda que tentassem várias vezes.

Bloch reconhece que seu lugar de historiador do presente analisando os vestígios do passado. Para a sociedade na qual ele vivia, o milagre era intransigente. Se uma pessoa era capaz de um poder sobrenatural, ela deveria dispor desse poder

---

<sup>150</sup> Ibid., P.270.

<sup>151</sup> Ibid., p. 271.

<sup>152</sup> Ibid., P.414. Cf. nota 18 deste capítulo.

<sup>153</sup> Ibid., p. 273.

<sup>154</sup> Ibid., p. 274.

o tempo que precisasse, quando fosse necessário, de preferência sempre. Isso porém é o ponto principal da relação do historiador com o tempo que ele deveria analisar. Apesar de partir de questões de seu tempo, do presente em que vive, o historiador precisa cuidar para que não cometesse anacronismos. De modo que a questão era presente, mas a resposta era de acordo com a mentalidade do passado o qual ele faz análise. Apesar de viver num momento em que a crença em milagres era intransigente, ele reconhecia que:

“As idades de fé, para as quais as manifestações dessa ordem faziam parte do quadro familiar da existência, pensavam com mais simplicidade; não exigiam dos taumaturgos, mortos ou vivos, santos ou reis, uma eficácia sempre constante.<sup>155</sup>”

Caso o doente fosse ousado para reclamar, recebia a resposta que foi sua falta de fé que impediu a cura ou que houve um erro de diagnostico. Normalmente, a cura acontecia muito tempo depois do toque e no mais das vezes o efeito era só parcial e os doentes aceitavam “curas” que na verdade se tratavam de curas apenas aparentes. A explicação científica acerca das curas é que de as manifestações da doença deixam de aparecer, mas a doença não cede. Conhecidos pela ciência hoje, além da tuberculose, temos o exemplo da sífilis em que também desaparecem os sintomas iniciais, dando a impressão de cura, mas que a doença segue se desenvolvendo e que depois retorna de maneira mais agressiva, possivelmente fatal e podendo parecer ser uma outra doença. No caso das escrófulas, elas de fato costumavam desaparecer depois do toque e aparentemente não era surpresa para nenhum indivíduo que elas podiam reincidir. Bloch dá-nos um exemplo:

“Em 1654, no dia seguinte a sagração de Luís XIV, uma mulher chamada Jeanne Bugain foi tocada por esse rei; ela ‘recebeu a cura’; em seguida, a doença retornou e só após uma peregrinação em Corbeny cedeu definitivamente<sup>156</sup>”.

Neste caso, a provável “cura milagrosa” dependia não apenas do toque da mão régia, mas também da peregrinação a S. Marcoul. Citemos ainda outro exemplo relatado:

Em “27 de janeiro de 1657, lê-se na *synopsis annalium societatis jesu in lusitania* [Sinopse dos anais da companhia de Jesus em Portugal], publicada em 1726 pelo

---

<sup>155</sup> Ibid., p. 275.

<sup>156</sup> Ibid., p. 277.

padre Antônio Franco, que morreu em Coimbra ‘o professor de teologia padra Miguel Martim. Enviado a França para obter a cura de suas escrúfulas pelo toque do rei cristianíssimo, voltou curado a Portugal, mas sucumbiu a outro mal, vítima de uma lenta consunção<sup>157</sup>’.

Ambos os exemplos deixam claro duas coisas: que apenas uma parcela dos doentes realmente recuperavam a saúde e que as curas aconteciam tempos depois do toque. A ciência explica hoje que a doença da qual acreditavam os medievais na cura régia, se trata de uma adenite tuberculosa que pode atingir vários órgãos e que reincidia, frequentemente mais grave, para depois desaparecer ou levar a óbito. Alguns dos casos de cura também poderiam se tratar de afecções benignas e que em curto espaço de tempo, deixavam o doente. A escrúfula, de fato, dava a ilusão de cura, porque desaparecia e aparecia novamente com outras características, o que dava impressão que o falecimento não tinha relação com as adenites no pescoço curadas pelo rei.

Mas a crença de que o rei deveria curar era suficiente para manter a fé no milagre. Se acontecesse qualquer aparência de cura, ainda que muito tempo depois do toque, já era suficiente para que se acreditasse no poder taumatúrgico. E a mentalidade dos súditos não pedia mais do que isso. Esse era, para usar um termo koselleckiano, o horizonte de expectativa. Ele possivelmente esperava que a cura não fosse completa, ou que demorasse, ou que exigisse uma peregrinação além do toque<sup>158</sup>. A ideia da realeza santa dominava a mentalidade medieval e, um dia, os soberanos da França e da Inglaterra, em conjunto com seus conselheiros (ou possivelmente seus conselheiros pensaram por eles), tentaram a cura taumatúrgica para aumentar o prestígio da realeza. E, “estando eles próprios persuadidos da santidade que sua função e sua linhagem lhes conferia, provavelmente julgavam muito simples reivindicar um poder similar”<sup>159</sup>. A conclusão básica de Bloch é de que a fé no milagre foi criada pela ideia de que ali deveria haver um milagre. E o que manteve a vida do milagre por tantos anos foi justamente isso, acrescido de um testemunho de milagre das gerações anteriores e o fato de que essa experiência de cura jamais

---

<sup>157</sup> Idem.

<sup>158</sup> Ibid., p. 278.

<sup>159</sup> Idem.

havia sido posta em questão. A cura era uma expectativa certa da qual não se duvidava, inclusive legando ao esquecimento aqueles que apesar de tocados não eram curados. Para Bloch, a crença no milagre era consequência de um erro coletivo.

Nesse ponto, o historiador deve fazer um exercício duplo de análise. Compreender seu tempo e compreender o tempo do passado. Afim de construir um passado que não é o mesmo passado vivido por aqueles personagens históricos, mas um passado no qual o historiador do presente pode compreender e explicar de acordo com seu tempo. Assim, Bloch realmente faz uso de sua metodologia regressiva. Observando a narrativa e as justificativas utilizadas por ele para que o toque das escrúfulas deixasse de ser crível, pode-se notar que, como homem de seu tempo, ele constrói uma narrativa que possui um processo. Processo este que sai do mundo religioso de crenças em acontecimentos sobrenaturais e passa a um mundo cientifista e até matematizado. Hannah Arendt trata isso a partir dos conceitos de “desenvolvimento” e de “progresso”, que muitas vezes são notados nos autores do século XIX. Essas se tornaram termos chaves para os novos ramos da Ciência Natural. Vala ressaltar que o próprio Bloch afirma em “Apologia da História” que a história deve se pretender ser uma ciência assim como as ciências naturais. O que essas ciências fazem no século XIX é tratar os acontecimentos naturais em termos de processos<sup>160</sup>. Nesse sentido, podemos observar o que Arendt nos informa em sua análise, o intelectual começa a experimentar capacidades para a ação e não pode deixar de se tornar consciente de que, onde quer que ele atue, ele inicia um processo<sup>161</sup>. Essa estrutura narrativa em torno de um processo pode ser observada também em outra obra sua “A Sociedade Feudal”.

### 3.2.3 A narrativa cronológica e a temporalidade Blochiana

“A Sociedade Feudal” (1939) de Marc Bloch é uma obra importante para a historiografia que representa uma contribuição para a compreensão do feudalismo e da metodologia historiográfica da Escola dos Annales. É uma obra que segue

<sup>160</sup> ARENDT, Hannah. O conceito de história – Antigo e Moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1972. 69-126. p. 93.

<sup>161</sup> Ibid., p. 94.

sendo traduzida, comentada e estudada até hoje. Assim como em *Os reis Taumaturgos*, nós vemos em Marc Bloch o grande historiador medievalista que ele era. Ambas as obras são dedicadas a entender como funcionam as estruturas sociais que explicam a sociedade medieval. São umas das grandes obras historiográficas do século XX. Lançado originalmente em dois tomos (1939-1940), “*A Sociedade Feudal*” foi concebida como um projeto que abarcaria o início e a decadência do feudalismo na Europa e faria uma análise das diversas possibilidades do feudalismo. Apesar de seguir uma certa cronologia factual, Bloch se preocupa em analisar os aspectos que tornaram essa sociedade possível. E analisa como se deu sua decadência e seu fim. Na tradução brasileira de 2016, Saes<sup>162</sup> informa na introdução que a maneira pela qual Bloch narra a trama dos acontecimentos está envolta de um resgate das forças estruturais daquela sociedade, a história contada por Marc Bloch contempla os valores, os comportamentos e as mentalidades. A ampliação da história se daria a partir de uma nova documentação e da formulação de novos problemas. Assim como se deu no caso de “*Os Reis taumaturgos*”, “*A Sociedade Feudal*” traz análises minuciosas de pequenos rituais nos quais os vassalos prometem lealdade aos senhores. E para construir o ambiente da mentalidade medieval o autor mostra-nos as raízes da formação da Europa Medieval, principalmente pelas instabilidades que as invasões traziam aos europeus.

No segundo capítulo, intitulado “*Maneiras de sentir e pensar*” ele analisa a maneira pela qual a sociedade medieval se relaciona com a natureza, com o conhecimento e com o tempo. A partir da observação da mentalidade religiosa, Bloch, discute como a população carecia de uma “*cronologia formal*<sup>163</sup>”. Enquanto que os historiadores do século XX possuíam uma linguagem “*severamente matemática*<sup>164</sup>”, que tinha deixado de nomear os séculos de acordo com seus heróis do passado. Pelo contrário, “*numeramo-los sequencialmente, bem sensatamente, de cem em cem anos, a partir de um ponto fixado de uma vez por todas*<sup>165</sup>”. Os historiadores distribuíram, arbitrária e rigorosamente os tempos do passado, para os quais essa regularidade era completamente estranha. Esse incomodo de Bloch é observado

<sup>162</sup> BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Edipro. 2016. 464. Tradução de Laurent Saes.

<sup>163</sup> BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 100.

<sup>164</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 2002. p. 149.

<sup>165</sup> Idem.

tanto em “Os Reis Taumaturgos”, como já observamos, bem como em “A Sociedade Feudal”.

Sem essa forma de controle da passagem do tempo a sociedade feudal não apenas demonstravam sua ignorância em relação a cronologia formal do tempo de Bloch, isto evidenciava seu total desinteresse por essa matematização do tempo. Marc Bloch procura evidenciar, a partir de documentos do período – os quais não tinham nenhuma referência a cronologia formal – que, ao contrário do que se possa pensar no século XX, não havia dentro da sociedade feudal uma discussão acerca do ano 1000. De acordo com os documentos pesquisados por Bloch, esse ano teve, ao menos na França, três datas distintas para seu início. Para além das questões acerca de se a Idade Média possuía ou não cronologia própria, o que podemos observar em Bloch é o uso de termos que demonstram uma ideia de processo histórico, ideia essa que podemos observar também em outras obras suas a partir de conceitos utilizados por ele. Ele usa conceitos como “rudimentar” para tratar de grupos que invadiam a França, “evolução” e “processo” para tratar de mudanças na sociedade medieval.

Neste aspecto, podemos observar que a escolha narrativa de Bloch – observando os acontecimentos como dentro de uma mentalidade e de uma estrutura – pode-se perceber que a ideia de processo adotada por Bloch é que Hannah Arendt define em “O conceito de História antigo e Moderno”, onde a história “não importa quão acidentais as ações isoladas possam parecer no presente em sua singularidade, elas conduzem inevitavelmente a uma sequência de eventos que formam uma história que pode ser expressa através de uma narrativa inteligente no momento em que os eventos se distanciarem no passado<sup>166</sup>”.

Assim, Bloch utilizava conceitos que demonstram uma visão da história como um processo, e também critica duramente o anacronismo de historiadores ao analisarem sociedades passadas. Para ele, o historiador apesar de conseguir observar os processos históricos e acontecimentos que tornaram o presente tal como é, deveria evitar cometer anacronismos ao investigar os vestígios do passado. Por exemplo, ele faz diversas críticas aos historiadores medievalistas que tentavam buscar fins políticos para ações piedosas, de modo que demonstravam “sua própria

---

<sup>166</sup> ARENDT, Hannah. Op. Cit. 1972. p. 121.

incapacidade para porem de parte seus óculos de homens do século XIX e XX”<sup>167</sup>. Porém, o próprio Bloch possuía suas limitações no que diz respeito a colocar de lado seus óculos de homem do século XX. Bloch se utiliza do conceito de “mundo transitório” para falar do “processo” de mudança entre a lógica religiosa e a lógica do mundo natural. Com essa visão de construção da narrativa, Bloch dá a entender que a história possuía um processo definido que levaria ao mundo cético. Desta forma, ele mesmo tinha dificuldade de sair do seu lugar de observação. Pode-se ver isso também em questões apresentadas no texto de “Apologia da História”, onde ele diz, de diversas formas, que o historiador sempre, ao olhar o passado, tem uma bagagem de representação do presente que olha ao passado. De modo que o passado sempre se transforma em outro, a cada presente que se dedica a olhar para ele.

E Bloch observa como isso ocorreu com os próprios medievais. No segundo capítulo de “A Sociedade Feudal” intitulado “A memória coletiva”, ele observa na sociedade feudal o gosto pelo passado. A visão que a sociedade medieval tem pelo pela sua própria história é de valorização de um passado distante, como que uma navegação pelo “grande rio dos tempos”<sup>168</sup>. A narrativa medieval sempre começa o menos remotamente possível, as histórias valorizadas costumam começar bem anteriormente às recordações de quem narra a história e de seus memorialistas. E Bloch nota que a medida que essas narrativas vão ficando mais distantes no passado, elas vão se tornando cada vez mais restritas. Um exemplo disso é de um Alto Barão do século XI (Conde de Anjou de Foulque le Réchin)<sup>169</sup>. Esse Conde de Anjou redigiu sua história e a história de sua linhagem. Esse caso é um dos tomados por Bloch para exemplificar a maneira pela qual a Idade Média referenciava o passado. Pois, ainda que essas referências fossem sempre até o mais longínquo possível – ainda que para isso deixe de ser verídico – elas não possuíam ordenações ou referências cronológicas. E isto era dispensado pelos medievais. Os movimentos medievais pensavam a construção da história como um ato de reforma do passado, a busca era por um passado original. E isto acontecia tão profundamente que a força

---

<sup>167</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 1987. p. 102.

<sup>168</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 1987. p. 107.

<sup>169</sup> Ibid., p. 108.



de respeitar o passado, passa à necessidade de reconstruir o passado tal como deveria ter sido<sup>170</sup>. Desta forma, Bloch deixa claro que, para ele, o passado dos medievais estava em constante mudança de acordo com as revisitações e com as reinterpretações deste. Quebrando assim a ideia de que o mundo medieval e o tempo medieval eram imutáveis. E, de fato, para uma sociedade que acreditava se aproximar constantemente do fim, um tempo estático não poderia corresponder menos a realidade daquela sociedade.

Como forma de resguardar o passado, os medievais construíram epopeias e, partes dos poemas medievais chegaram aos dias de Bloch por meio de copiadore posteriores. Não se poderia ignorar que as epopeias tinham em seus relatos um quê de realidade e um de ficção. Nesse sentido, para boa análise, é imprescindível que o historiador leve em conta essas duas faces do relato. O historiador deve conhecer a mentalidade da época afim de, com o bom uso do ceticismo, distinguir o que era verídico ou o que não era. E compreender qual a importância relatos de supostos acontecimentos que não tinham acontecido de fato, tinham para aquela sociedade<sup>171</sup> e teriam para a historiografia.

### **3.2.4 Feudalidade como tipo social e como conceito histórico**

O primeiro capítulo do terceiro livro de “A Sociedade Feudal”, possui como subtítulo o seguinte: “Feudalidade ou feudalidades: singular ou plural”, neste capítulo podemos observar a narrativa que vê a história como algo que se desenvolve por meio de processos, como nos descreve a já citada Hannah Arendt. Marc Bloch utiliza a ideia de evolução ao se referir a um processo de mudança dentro das sociedades medievais. E aqui, ele fala sobre como o conceito de sociedade feudal pode ser utilizado em todos os espaços e todos os períodos nos quais essa experiência narrada por ele acontecem. E, é interessante ressaltar que ele compreende que a experiência feudal na Europa só pode ser compreendida como uma experiência na qual sociedades mais desenvolvidas e sociedades menos desenvolvidas se chocam e onde se “rompem os quadros tanto duma quanto doutra e faz voltar a superfície

---

<sup>170</sup> Ibid., p. 109.

<sup>171</sup> Ibid., p. 114.

tantas maneiras de pensar e hábitos sociais com um caráter singularmente primitivo<sup>172</sup>”.

---

<sup>172</sup> Ibid., p. 455.

## 4. História: Ciência dos homens no tempo

Na introdução de “Apologia da História”, Marc Bloch discorre sobre o que lhe motivou a escrever, a pergunta feita por seu filho: ‘Papai, então me explica para que serve a história’. A partir deste questionamento, acompanhamos uma justificativa, uma descrição de um método historiográfico que termina, infelizmente, sem terminar. E mais adiante na introdução, expõe o fato de que a ciência histórica será incompleta se não tiver algo a oferecer como melhora, a alterar de tal forma uma dada realidade que as ajude a encontrar um caminho para uma vida melhor. Diz ele:

“Não se pode negar, no entanto, que uma ciência nos parecerá sempre ter algo de incompleto se não nos ajudar, cedo ou tarde, a viver melhor. Em particular, como não experimentar com mais força esse sentimento em relação a história, ainda mais claramente predestinada, acredita-se, a trabalhar em benefício do homem na medida em que tem o próprio homem e seus atos como material?<sup>173</sup>”.

E a resposta se deu em formato de problematização, ou seja, o autor aconselha que os que pretendem atuar nesse âmbito, exercendo o ofício de historiador, tem que ser uma espécie de arqueólogo, um ser constantemente insatisfeito em busca de termos e versões que atravessam o tempo.

“Apologia da História” faz jus àquela famosa frase do autor que diz: “saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos estudantes”. Entendendo com isto que, fazer uma pesquisa é principalmente produzir conhecimento, e este deverá estar ao alcance e compreensão de todos, não apenas a um grupo restrito de intelectuais. Além da característica mencionada, que pode-se comprovar ao fazer a leitura, a obra é composta por um prefácio e introdução que já desperta o desejo em prosseguir nas páginas seguintes. Então, a obra é composta por 159 páginas, subdivididos em cinco capítulos, sendo que o último apresenta-se de forma inacabada, mas que em nenhum momento perde o grau de importância na sua plena forma lúcida, pois a proposta dos capítulos anteriores também converge para este último, os homens na história. Um livro que trata de questões metodológicas, algumas orientações mais que necessárias para os que se arriscam nesse campo de extremos desafios que é a história.

---

<sup>173</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 2002. p. 45.

No primeiro capítulo, intitulado “A história, os homens e o tempo”, Bloch discorre sobre a relação que essas palavras têm. Expõe durante seu texto o quão antiga é a “história”, e expõe também seu incomodo com o lugar que a história tomou durante o século XIX e o início do século XX, pois mesmo possuindo espaço dentro da escola de Durkheim de sociologia, os sociólogos relegaram a história a uma espécie de calabouço. Tendo consciência de que ao longo de dois milênios a história, mesmo sendo fiel a seu significado, ela não é igual aquela produzida pelos gregos antigos. Mais adiante o autor frisa que, embora a verdadeira necessidade e objetivo do livro seja abordar questões metodológicas, faz-se vital uma abordagem, mesmo que de forma breve, sobre a origem da palavra, alguns autores, e até mesmo conceitos presentes no decorrer da obra.

Assim como, relaciona a história ao homem, o tempo, como visualizam seus ídolos, e o que entende por passado e presente. Ao escutar essas formas relacionadas a sua pesquisa, afirma que “...o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça<sup>174</sup>.” Ou seja, a história, para Bloch, é por sua vez, a história dos homens no tempo, e não um conglomerado de fatos estanques e impermeáveis. Haja vista sua grande preocupação com a interdisciplinaridade ao qual os pesquisadores deveriam estar entrelaçados. Lembrando que no campo da sociologia, Bloch fora um leitor e estudioso da Sociologia de Emile Durkheim. Ou seja, a compreensão da sociedade passava por temas e conteúdos de várias outras ciências, o que deixa a entender que seu pensamento ainda converge para a proposta da fase da Escola do Annales, onde a crítica estava exatamente, entre outras, para a história da economia e política, que elencavam assuntos dos grandes homens e militares. E, sim, como o próprio Bloch irá citar ao longo da obra, uma história dos homens no tempo.

E como lhe é característico também, a certa altura da obra no referido capítulo, questiona: O que é, com efeito, o presente? Aqui podemos relacionar a problematização proposta pelo autor, uma vez que o mesmo pode estar querendo trazer para o campo dos estudos alguns pontos pertinentes ao momento da pesquisa, e a quebra do paradigma daquilo que o passado não pode embasa-la, sem primeiramente interpretarmos o presente, e colocando este último como sendo importante

---

<sup>174</sup> Ibid., p. 54.

também, pois não podemos, segundo o que é reforçado, nos atermos apenas ao passado sem nos envolver e compreender o presente, se assim fizermos, ainda frisa, estaremos num campo vazio e perigoso.

Na apresentação da edição brasileira de “Apologia da História”, Lilia Moritz Schwarcz, esclarece algumas questões que podemos observar ao longo de todo o desenvolvimento de Bloch. Uma delas é o chamado método regressivo – este já citado algumas vezes no decorrer desta dissertação –, onde o presente determina e condiciona o estudo, no caso da história o retorno, do passado. Para além disso, a história para Bloch não é a ciência do passado, nem tampouco a ciência do homem, mas a ciência dos homens no tempo. De acordo com a metodologia que ele desenvolve ao longo do texto e com as observações de suas obras, podemos compreender melhor do que se trata essa ciência dos homens no tempo e como ela atua. Principalmente porque, para Bloch, o historiador não deveria mais se prender na sua torre de marfim enquanto observa o desenrolar dos acontecimentos no passar do tempo, mas “a história serve para a ação<sup>175</sup>”. O historiador deve ser ator de seu tempo.

É possível afirmar que a metodologia da qual Lilia Schwarcz se refere já era aplicada por ele em “Os Reis Taumaturgos” e em “A Sociedade Feudal”, como pudemos observar nos capítulos anteriores deste texto. Neles, fica claro que Bloch desenvolve seu “método regressivo” e o aprimora com o passar do tempo. Aqui, e em alguns textos reunidos por Etienne Bloch em “História e Historiadores”, ele esclarece como utilizar esse método. Com a compreensão deste método pode-se observar, no decorrer deste texto, como Bloch compreendia o tempo e como ele o compreendia a história como ciência dos homens no tempo.

O prefácio de Le Goff tenta mostrar uma indisposição maior de Bloch com a historiografia tradicional de seus mestres, como Charles Seignobos. Maior do que a crítica que ele de fato se propõe a fazer, assim como demonstrado no artigo já citado de Thiago Gomes<sup>176</sup>, Bloch faz críticas a seus mestres, mas não os renega totalmente. O que de fato acontece, é a construção de uma memória em torno de Bloch que a Escola dos Annales se dispõe a fazer a fim de se separar e se colocar

---

<sup>175</sup> Ibid., p. 10.

<sup>176</sup> GOMES, Thiago de Melo. A força da tradição. A persistência do antigo regime historiográfico na obra de Marc Bloch *Varia História*, vol. 22, núm. 36, jul-dez, 2006, pp. 443-459. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil. p. 445.

como baluarte revolucionário da historiografia. Um exemplo disso é a afirmação dele de que “A obra do século XIX foi experimentar o método de investigação da história como instrumento de trabalho: o método científico foi levado, creio, o seu ponto de perfeição. E ainda fez mais progressos depois de Fustel. Mas o historiador parece-se com um biólogo que tivesse um microscópio excelente mas não soubesse a que o aplicar<sup>177</sup>”.

Contudo, ainda que as críticas tenham sido feitas de modo mais moderado, Le Goff compreende bem o que Bloch pretendia ao escolher como subtítulo “O ofício de historiador” para esta obra. É possível afirmar que Bloch pretendia “definir o historiador como um homem de ofício, investigar suas práticas de trabalho e seus objetivos científicos e, como veremos inclusive para além da própria ciência<sup>178</sup>”. Nesse caso, a pretensão de Bloch é encarada não apenas como a tentativa de definir qual deve ser o ofício do historiador, mas também a ideia do que deve ser a história, como deve ser a historiografia e como deve trabalhar o historiador. Todas essas questões, como observaremos mais adiante, são permeadas pela concepção de tempo que Bloch abrange e passa a seus leitores.

Apesar de compreender a importância de seus predecessores historiadores, Marc Bloch procurava demonstrar que o trabalho do historiador não deveria se pretender isento, o historiador não deveria pretender apenas “coletar os fatos”. Ele entendia os fatos e os relatos históricos como “produto de uma construção ativa”<sup>179</sup> das sociedades do passado estudadas e do historiador. Desta forma, o historiador transformava a fonte em documento, que não necessariamente precisa ser documento escrito e oficial, e questionava esse documento e construía a narrativa a partir de um problema<sup>180</sup>.

Uma das principais críticas que Bloch faz a seus mentores e aos que adotavam a filosofia da história, era iniciar o trabalho do historiador apenas com a coleta dos fatos, “ao passo que uma fase anterior essencial exige do historiador a consciência de que o fato histórico não é um fato ‘positivo’, mas o produto de uma construção ativa de sua parte para transformar a fonte em documento e, em seguida,

<sup>177</sup> BLOCH, Marc. *História e Historiadores*. 1998. Editorial Teorema. 320 p. P. 20.

<sup>178</sup> BLOCH, Marc. *Op. Cit.* 2002. p. 16.

<sup>179</sup> *Idem.*

<sup>180</sup> *Ibid.*, p. 19.

constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problema<sup>181</sup>”. Partindo do pressuposto de que o historiador faz as perguntas e escolhe o problema a ser abordado, a história, portanto, não tem como seu objeto o passado, mas os homens. Especificamente os homens no tempo<sup>182</sup>. O tempo é o meio pelo qual circula a história e parte do material no qual ela se debruça. Então, o tempo da história nunca é uniforme como o tempo cronológico do relógio. Embora os historiadores tenham se acostumado a separar os períodos por séculos, a história dificilmente se limita a essa ordenação. No caso de Marc Bloch, a “medida” utilizada por ele é a de longa duração, descrita e conceituada posteriormente por Fernand Braudel na segunda geração dos Annales.

#### 4.1 O Método Regressivo

Parece ser muito difícil, senão virtualmente impossível, não se sentir próximo de Bloch. Não sentir que seu momento de atuação e suas experiências não são próximas do que se vive hoje. Assim como quando ele fala do incrível desenvolvimento tecnológico e científico que ele observava, talvez seja o que pode ser sentido ao observar a evolução da tecnologia. E, quando ele diz: “Ora, nossa atmosfera mental não é mais a mesma<sup>183</sup>”, tendemos a concordar com ele. Os historiadores costumam sentir profundamente o impacto do tempo. Não pode ser deixado de lado que Bloch vivia a experiência de buscar classificar história como ciência. E de que a ciência na primeira metade do século XX passava por mudanças profundas. Principalmente a concepção sobre o tempo. A Revolução Científica do século XX, que classificou o tempo, e o espaço, como relativos, ainda que não profundamente compreendidas pelos intelectuais de outras áreas, é impossível que não tenha sido sentida. Mesmo Bloch não deixa de citar a revolução einsteiniana em seu texto. Conforme ele mesmo afirma acerca das teorias científicas que modificaram a noção sobre ciência:

“Com certeza, substituíram, em muitos pontos, o infinitamente provável, o rigorosamente mensurável pela noção da eterna relatividade da medida. Sua ação foi sentida até mesmo pelos inumeráveis espíritos – devo, infelizmente, colocar-me entre eles –

<sup>181</sup> Idem.

<sup>182</sup> Ibid., p. 24.

<sup>183</sup> Ibid., p. 42.

aos quais as fraquezas de sua inteligência ou de sua formação proíbem de seguir, se não de muito longe e de certo modo por reflexo, essa grande metamorfose.”<sup>184</sup>

Pode parecer que Bloch utiliza os novos parâmetros da ciência física para configurar as ciências humanas como ciência. Neste caso, a história não precisa abrir mão de sua originalidade, como já fez outrora, em nome de se tornar ciência. Ela pode ser ciência, manter sua originalidade e sem se envergonhar dela<sup>185</sup>. Mais do que isso, Bloch questiona se a física não age de acordo, estritamente, com fatores que vem dos homens.<sup>186</sup> O que isto quer dizer? Que as ciências ditas “exatas”, ou naturais, se desenvolvem a partir do homem e este é ser mutável pesquisado pela história. Com o desenvolvimento de seu método regressivo de análise, Marc Bloch ensina que é fundamental ao ofício do historiador compreender o presente pelo passado e, correlativamente, compreender o passado pelo presente<sup>187</sup>. Ao analisar os vestígios do passado é essencial que o historiador perceba que os testemunhos dos personagens do passado só falam quando o historiador sabe o que perguntar.

No caso da ciência histórica, que tem como seu objeto de estudo a ação dos homens no tempo, é recorrendo ao passado, e as experiências realizadas no passado, que o historiador atua. Embora não seja capaz de guiar a experiência, ele consegue observá-la, bem como observar suas consequências e desdobramentos<sup>188</sup>. Com isso, a investigação histórica do passado abre um leque de oportunidades. Ao observar os vestígios de passado usados para o desenvolvimento da pesquisa, o historiador pode observar as expectativas que aquela sociedade tinha em relação ao futuro. O historiador poderia observar os futuros possíveis que poderiam se desdobrar de acordo com as experiências da sociedade observada<sup>189</sup>. Por mais que, conforme nos diz Bloch, o passado já tivesse tomado sua direção, a observação dos experimentos históricos permite que o historiador saiba o que era provável ou não naquela sociedade. Conforme nos diz Koselleck: “Ao transformar esses vestígios em fontes

<sup>184</sup> Ibid., p. 49.

<sup>185</sup> Idem.

<sup>186</sup> Ibid., p. 53.

<sup>187</sup> Ibid., p. 25.

<sup>188</sup> Ibid., p. 52.

<sup>189</sup> KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de Experiência e horizonte de expectativa”. In: *Futuro Passado*. Editora Contraponto: Rio de Janeiro, 2006 (305-328).



que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos<sup>190</sup>”. Isto é, o historiador precisa questionar a partir do presente, mas sem produzir anacronismos. Ele questiona com as perguntas formuladas a partir da compreensão daquele passado histórico que ele pesquisa. A análise que o historiador faz do passado deve levar em consideração o que aquele passado podia produzir, podia ter como perspectiva de futuro e podia ter como experiência. Isto, em conjunto com outras inovações propostas por Bloch e pelos analistas, formam a histórica como ciência dos homens no tempo.

Ao discorrer sobre o tempo histórico, Marc Bloch afirma que tratar o tempo como uma dimensão capaz de ser medida organicamente, e de maneira uniforme, é só mais uma das maneiras de medir esse tempo. Para ele, o tempo “verdadeiro é, por natureza, um *continuum*. É também perpétua mudança<sup>191</sup>”. Neste caso, a pesquisa histórica estaria de frente a um problema em relação ao que ele pretende aplicar como método de conhecimento: Em que medida o mais antigo é necessário, ou supérfluo, para se pensar o presente?

Com isto em mente, ele tece críticas ao que chama de ídolo da origens. Pois, para ele, o estudo do passado não deve ser para buscar as origens do presente. E, ao mesmo tempo, tece críticas ao historicismo, que acreditava que era preciso um distanciamento temporal entre o historiador e o passado pesquisado por este, para que a história pudesse se configurar como ciência. Contudo, Bloch afirma que o distanciamento temporal entre o historiador o objeto de estudo não faz diferença uma vez que sentimentos estejam envolvidos na análise<sup>192</sup>. A ideia de distanciamento temporal para produção de ciência histórica é um engodo. De maneira um pouco irônica, Bloch cita Heródoto e Tucídides para provar seu ponto uma vez que ambos estavam diretamente ligados a seus objetos de análise e que são considerados os pais da história. Aos gregos, para “explicar a tarde, bastava conhecer, no máximo, a manhã<sup>193</sup>”. Os homens de seu tempo, prossegue Bloch, por virem a criação de aviões, eletricidade, não se sentem próximos de seus antepassados. Com isto posto, a ideia é que para compreender os humanos do presente, de nada adianta olhar ao

---

<sup>190</sup> Ibid., p. 30.

<sup>191</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 2002. p. 50.

<sup>192</sup> Ibid., p. 61.

<sup>193</sup> Ibid., p. 62.

passado<sup>194</sup>. Nesse caso o presente teria o privilégio da “auto inteligibilidade”, onde as condições humanas, em uma ou duas gerações, mudaram completamente. A visão progressista de Bloch é demonstrada nessa afirmação: “de modo que nenhuma instituição um pouco antiga, nenhuma maneira de se conduzir tradicional, teria escapado às revoluções do laboratório ou da fábrica<sup>195</sup>”. Koselleck discorre também sobre isso ao debater os conceitos históricos de espaço de experiência e horizonte de expectativa. O momento em que Bloch escrevia a *Apologia da História*, era o momento em que as expectativas haviam se desvinculado de todas as experiências possíveis e onde as novas experiências não seriam iguais as expectativas de futuro. A partir daí, o “espaço de experiência deixou de estar limitado pelo horizonte de expectativa<sup>196</sup>”. O futuro para Marc Bloch só poderia ser diferente do passado. E, observando o período do qual ele era erudito e pesquisador, ele compreendia que as expectativas da sociedade medieval, sua mentalidade, só poderiam ser diferentes das suas.

“O homem passa seu tempo a montar mecanismos dos quais permanece em seguida prisioneiro mais ou menos voluntário<sup>197</sup>” Com esta afirmação, Bloch discorre sobre como as gerações posteriores seriam participantes e prisioneiras desses mecanismos. E a “ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente, compromete, no presente a própria ação<sup>198</sup>”. A visão de Bloch era essencialmente que o passado medieval – e o seu próprio passado –, de maneira geral, influenciava o presente daquela sociedade, bem como o seu futuro. Pois, para que apenas o passado recente influenciasse o presente, os filhos deveriam apenas ter contato com seus pais, como que em fila indiana. A cada nova geração portadora de mudança, dá-se um passo atrás, onde as ideias de mudança entram em contato com “cérebros cristalizados<sup>199</sup>”. A história, a partir de documentos escritos, facilita a transferência de informações entre gerações e isto se caracteriza como os pensamentos que formam uma civilização. Assim, a evolução humana seria pautada por breves e profundos sobressaltos que não duram mais do que o espaço de algumas

<sup>194</sup> Ibid., p. 63.

<sup>195</sup> Idem.

<sup>196</sup> KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit. p. 318.

<sup>197</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 2002. p. 58.

<sup>198</sup> Ibid., p. 63.

<sup>199</sup> Ibid., p. 64.

vidas. E isto se contradiria com a realidade avaliada por Bloch, pois os abalos se propagam por longos períodos de tempo.

A incompreensão do presente nasce da ignorância do passado<sup>200</sup>. Essa é a ideia que parece marcar as fundamentações, pesquisas e base do trabalho de Marc Bloch, pois, para ele o historiador que acredita estar isento com sua análise do passado, não passa de um antiquário. O erudito que não observa o mundo em que vive não é historiador. A sensibilidade histórica é o conhecimento do presente, que é essencial para entender o passado<sup>201</sup>. Por isso, o método regressivo é fundamental, porque o historiador passa daquilo que lhe é conhecido para aquilo que ele desconhece. Do mais conhecido – presente – para o menos conhecido – o passado. Porém, é preciso evitar buscar as origens de algo quando utilizado o método regressivo. Como num filme antigo, é preciso desenrolar as cenas do tempo, no sentido inverso ao das consequências e cenas finais<sup>202</sup>. No caso da história, a pesquisa depende, fundamentalmente, de coligações entre os campos de estudo.

O segundo capítulo aborda “A observação histórica”, e está subdividido em três questões que explicam tal ideia levantada pelo autor no que concerne aos métodos de pesquisa. Como as características gerais da observação histórica, que aqui discorre acerca de registros, apresentados em vieses distintos, tal qual uma ossada, um papel ou outro de aspecto diferente. Mas que devem ser estudados e transportados para o campo do estudo de forma a elucidar seus caracteres sem perder seus traços fundamentais. Pois é através dos fatos sociais encontrados nesses vestígios que se pode questionar, e, por conseguinte absorver mais profundamente os costumes, traços culturais, e até mesmo as ferramentas usadas por povos de diferentes lugares.

E sobre os testemunhos, Bloch parte de um trecho sobre os tempos ainda de Heródoto, mas, também, de forma didática perpassa por períodos e espaços temporais distintos a fim de comprovar a verdadeira necessidade de questionar os fatos. E cita que:

“Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interroga-los (...) Em

---

<sup>200</sup> Ibid., p. 65.

<sup>201</sup> Ibid., p. 66.

<sup>202</sup> Ibid., p. 67.

outros termos, toda investigação histórica supõe, desde seus primeiros passos, que a busca tenha uma direção<sup>203</sup>”

Com isto, para o autor não basta ter os documentos para a realização da pesquisa, é fundamental que o pesquisador saiba fazê-los falar, interrogando-os de forma a extrair pontos que não se encontram tão evidentes num determinado fato. Dessa forma o leitor irá perceber que a problematização proposta pela Escola dos Annales, é a todo momento transportada para os escritos de Marc Bloch, de forma a fundamentar seu trabalho. Afim de classificar a história como ciência, Marc Bloch delimita os meios de observação da história. O historiador, diferentemente de ciências que podem fazer destes observados de seus objetos de pesquisa, precisa fazer sua investigação a partir do olhar do outro. Isso, porém, não interfere na história como ciência, assim como não o faz no caso da sociologia ou da antropologia. Para ele: “Todo conhecimento da humanidade, qualquer que seja, no tempo, seu ponto de aplicação, irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância. O investigador do presente não é, quanto a isso, melhor aquinhado do que o historiador do passado<sup>204</sup>”.

Neste caso, o experimento (que ao historiador sempre chega depois de finalizado) deixa resíduos, sobre os quais o historiador pode ver com os próprios olhos e, para isso, ele não precisa de intermediários<sup>205</sup>. E os resíduos dos experimentos, chegam ao historiador como vestígios do passado, os quais ele se utiliza, no presente, para questionar o passado e montar sua narrativa, e suas problematizações acerca destes. Bloch é homem de seu tempo e, observando que as ciências exatas e naturais parecem caminhar para uma direção de observar as experiências científicas pela perspectiva do observador, ele define a história como ciência uma vez que também as outras ciências se utiliza de vestígios de experimentações para produzir conhecimento. Evidentemente, os físicos tem, ou buscam ter, maior controle sobre os experimentos científicos realizados em laboratório. Coisa que o historiador não é capaz de fazer com seus experimentos do passado<sup>206</sup>, uma vez que “o passado é

---

<sup>203</sup> Ibid., p. 79.

<sup>204</sup> Ibid., p. 69.

<sup>205</sup> Ibid., p. 72.

<sup>206</sup> Ibid., p. 73.

um dado que nada modificará<sup>207</sup>”. O conhecimento do passado, porém, é uma coisa em contínuo desenvolvimento, que está em constante modificação.

As pesquisas históricas, portanto, mesmo quando se acreditam isentas, não o são. Isto porque os vestígios do passado não são história. As perguntas que o investigador faz a esses vestígios é que são produção histórica. Desta forma, mesmo quando o historiador “juntava documentos”, ele estava criando e recriando o passado. Bloch nos afirma que “os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os mais claros e complacentes, não falam se não quando sabemos interrogá-los<sup>208</sup>”. E, ainda que ela não fale, o seu silêncio em meio as perguntas feitas pelo historiador, são também um vestígio do passado. Mas, apesar disso, a ferramenta do historiador – ou o seu experimento – não faz ciência sozinha. O historiador precisa perguntar corretamente ao documento, de modo que a partir das perguntas feitas e das respostas coletadas, ele possa desenvolver uma narrativa histórica.

O capítulo seguinte denominado de “A crítica”, aborda pontos que o autor acredita serem necessários para que o estudioso não acredite em tudo que lhe for oferecido como fonte, pois a mesma pode não ser verdadeira, levando-o a cair em descrédito, caso o mesmo a use em seus trabalhos. Por este motivo é que Marc Bloch envolve o leitor num viés onde acaba por despertar, ou pelo menos chama atenção, para a criticidade. Crítica que exemplifica com algumas passagens no decorrer do referido capítulo, principalmente quando põe em xeque, sobretudo os documentos do período medieval, assim como levanta a possibilidade da pesquisa, ou o tempo envolvido para tal, se transforme em uma peça sem qualquer utilidade, como o mesmo descreve: “...Não existe pior desperdício do que o da erudição quando gira no vazio<sup>209</sup>”. Os vestígios do passado não necessariamente são relatos verídicos de acontecimentos. Portanto o historiador precisa usar o senso crítico, em conjunto com uma erudição sobre o período, ao analisar um documento. Um certo ceticismo é necessário na pesquisa em história. Essa crítica e ceticismo são utilizadas pelos historiadores com bom senso. O que Bloch ensina é que é necessário criticar aquilo que se lê nos documentos, mas essa crítica precisa ter embasamento, pois em uma mesma geração de uma sociedade coexistem uma simultaneidade de

---

<sup>207</sup> Ibid., p. 75.

<sup>208</sup> Ibid., p. 79.

<sup>209</sup> Ibid., p. 93.

hábitos e de técnicas que impedem o indivíduo de se afastar de uma prática comum<sup>210</sup>. Esse trecho, assim como muitos outros de “Apologia da História”, é quase idêntico ao que ele se refere em outro artigo, reunido por Etienne Bloch em “Histórias e Historiadores”. Neste, em particular, ele afirma que enquanto o historiador depende de uma testemunha do experimento, o biólogo pode comprovar pessoalmente seu experimento. Por isso é tão importante que os historiadores informem as fontes de seus documentos, porque isso permite que o próprio leitor faça sua análise do experimento. Pois, para compreender o relato é preciso esforço, mas para acreditar nele não precisa-se de nada<sup>211</sup>.

Nas análises metodológicas de Bloch em “Apologia da história”, bem como em “Os Reis taumaturgos” e “A Sociedade Feudal”, pode-se notar que existe no decorrer do texto certa atuação depois transformadas em conceitos por Koselleck. Os conceitos de “Espaço de experiência” e “Horizonte de expectativa” podem ser mobilizados para compreender o que Bloch chama de método regressivo. A sociedade feudalista pesquisada por Bloch possuía um espaço de experiência que limitava as ações individuais dentro de determinadas expectativas possíveis. Marc Bloch compreendia que a sociedade pesquisada pelo historiador tem um determinado campo no qual ela pode atuar e no qual ela pode caminhar em direção a futuros possíveis vistos por ela mesma. E, ao mesmo tempo, isso se observa também no historiador que pesquisa o período, ele também está limitado pelo seu espaço de experiência e pelo seu horizonte de expectativa. Neste íterim, a pesquisa histórica utiliza deste conhecimento sobre o passado para fazer sua análise dos documentos. O uso da crítica pelo historiador permite que ele caminhe por dois extremos, onde de um lado ele pode justificar algum acontecimento por meio da similitude com a mentalidade da época e de outro ele pode justificar a algo que desacredite aquilo descrito como verídico<sup>212</sup>. É interessante Bloch, mesmo quando trata de uma originalidade possível, não deixa de lado a compreensão de uma mentalidade da época, pois, para ele, “toda originalidade individual tem seus limites. O estilo de Pascal não pertence se não a ele, mas sua gramática e a base de seus vocabulário são de seu tempo<sup>213</sup>”. Da mesma maneira, não é possível aproximar os testemunhos num

<sup>210</sup> Ibid., p. 111.

<sup>211</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 1998. p. 23.

<sup>212</sup> BLOCH, Marc. Op. Cit. 2002. p. 112.

<sup>213</sup> Ibid., p. 114.

mesmo plano de duração, porque um fenômeno humano é sempre um elo de uma série que atravessa diversas eras<sup>214</sup>. E o exemplo dado por Bloch para corroborar isso é a impossibilidade de Pascal de desenvolver a Teoria da Relatividade de Einstein. E, ao mesmo tempo que algo inovador acontece durante as pesquisas dele, isto não deixa de estar dentro do espectro de possibilidades, dentro do “horizonte de expectativa” daquela sociedade.

Para Bloch, o mesmo acontece quando o historiador coloca os óculos do passado, ele passa a enxergar as possibilidades de futuro que aquela sociedade enxergava. Ele recua imaginariamente a linha do presente, com isso, ele passa a ver os futuros possíveis que estão contidos dentro daquele passado. Assim, ele usa as linhas que o passado lhe oferece para tecer a história. Com isso, o capítulo posterior intitulado “Análise histórica” complementa a ideia de que o historiador tem um complicado papel de “distribuir o elogio ou o vitupério aos reis mortos<sup>215</sup>”. Enquanto pesquisador e construtor da narrativa do passado, o historiador deve julgar ou compreender? Ao analisar o questionamento do autor, pode-se perceber que existe neste questionamento uma questão acerca da parcialidade ou imparcialidade do pesquisador. Isto é, estando de frente para o presente, é tentador olhar ao passado e tecer esta linha do tempo de modo que os acontecimentos não poderiam ter levado outro fim, que não o que levou. O historiador deve compreender o passado a partir das multiplicidades que ele irá encontrar em suas pesquisas. Evitando ao máximo ocorrer em erros anacrônicos.

O quinto capítulo, seu último capítulo, que termina sem terminar, é curto, porém essencial, leva o leitor a seguir compreendendo o tratado metodológico, que percorreu todo o livro. Então inicia fazendo uma crítica ao positivismo: “Em vão o positivismo pretendeu eliminar da ciência a ideia de causa. Querendo ou não, todo físico, todo biólogo pensa através de ‘por quê?’ e de ‘porque’. Os historiadores não podem escapar a essa lei comum do espírito<sup>216</sup>”. Com isso, subentende-se que a ciência não pode tirar dos fatos ocorridos, suas causas, assim como também não podem excluir, como já fora mencionado pelo autor no começo do livro, os homens na história. Bloch, reforça no final deste capítulo que as causas são buscadas, uma

---

<sup>214</sup> Ibid., p. 115.

<sup>215</sup> Ibid., p. 125.

<sup>216</sup> Ibid., p. 155.

mensagem para que o historiador não se acomode diante dos fatos que lhe são visíveis, este deverá ir além, e a pesquisa é o caminho.



## 5. Considerações finais

Esta dissertação teve como objetivo apresentar, a partir das análises de obras de Marc Bloch, a maneira pela qual sua concepção de história estava entrelaçada com uma ideia de tempo. A relação entre o tempo passado e o método regressivo pode ser observada nas suas duas obras narrativas – “Os Reis Taumaturgos” e “A Sociedade Feudal” – bem como em seus artigos e no seu livro metodológico póstumo “Apologia da História”. A última produção de Bloch é resultado de momentos turbulentos da história e trata de questões de metodologia. Essas questões, porém, podem já ser observadas em suas obras anteriores, conforme foi observado.

Ler e analisar o passado levando em consideração o que acontece no presente evidencia noções sobre como a história deve ser produzida. A história é transformadora e mutável. As obras de Bloch esclarecem o papel do historiador na sociedade, o papel do professor de história, o papel do pesquisador e o papel da história como ciência dos homens no tempo. Enquanto produtores de conhecimento histórico, o historiador precisa ser capaz de compreender sua função como um “cientista do tempo”. Assim como a dedicatória que Bloch fez a Lucien Febvre, é como os historiadores precisam pensar a história e sua produção hoje:

“Combatemos longamente, em conjunto, por uma história maior e mais humana. A tarefa comum, no momento em que escrevo, decerto sofre ameaças. Não por nossa culpa. Somos os vencidos provisórios de um injusto destino. Tempo virá, estou certo, em que nossa colaboração poderá verdadeiramente ser retomada: pública, como no passado, e, como no passado, livre. Por ora, é nestas páginas, todas repletas de sua presença, que, de minha parte, ela prosseguirá. Manterá com isso o ritmo, que foi sempre o seu, de um acordo fundamental, vivificado, na superfície, pelo proveitoso jogo de nossas afetuosas discussões<sup>217</sup>”.

---

<sup>217</sup> Ibid., p. 40.

## 6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. (2012). **A Estranha Derrota**. Caderno CRH, 25(64), 167-168. [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_art-text&pid=S0103-49792012000100014](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0103-49792012000100014). Acesso em: 13/04/2018

ARENDT, Hannah. O conceito de história – Antigo e Moderno. In: **Entre o passado e o futuro**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1972. 69-126.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BLOCH, Marc. **Os Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Edipro. 2016. 464 pág. Tradução de Laurent Saes.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal**. Lisboa: Edições 70, 1987.

BLOCH, Marc. BLOCH, Etienne. **História e Historiadores**: textos reunidos por Etienne Bloch. Lisboa: Editorial Teorema, 1998. 320 pág.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997, Pág. 4.

Braudel, Fernand. **Escritos Sobre a História**. Perspectiva, 2014. 3ª Ed. 296 Pág.

FINK, Carole. **Marc Block: A life in history**. Cambridge: Cambridge Univ. Press 1991. XIX 371 p.

GOMES, Thiago de Melo. **A força da tradição. A persistência do antigo regime historiográfico na obra de Marc Bloch**. Varia História, vol. 22, núm. 36, jul-dez, 2006, pp. 443-459. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil. Pág. 445.

KOSELLECK, Reinhart. Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa. In: **Futuro Passado**. Editora: Contraponto: Rio de Janeiro. 2006. 305-328. Pág. 309

KOYRÉ, A. **Do Mundo Fechado ao Universo Infinito**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, 4ª ed.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do Pensamento Científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

REIS, José Carlos. **A Escola dos Annales. A inovação em história.** São Paulo: Paz e Terra, 2004.

REIS, José Carlos. **Nouvelle histoire e o tempo histórico. A contribuição de Febvre, Bloch e Braudel.** São Paulo: annablume, 2008. Pág. 13.